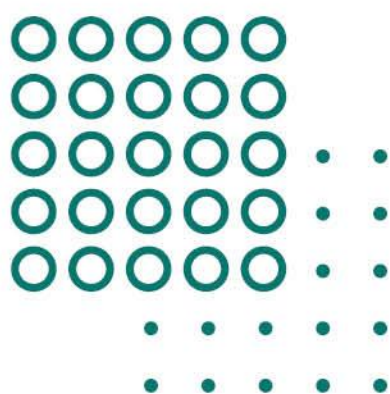


Anexos



REOT 2023

Anexo I - Matriz de indicadores

Sistema	Tema	Indicador	Unidade de Medida	Eixo Estratégico	FCD	Relatório	Fichas	Matriz 2016	Fonte
Natural	Cima	Temperatura	°C	X		X	2.1.0.1		IPMA
		Pluviosidade / Precipitação	mm	X		X	2.1.0.2		IPMA
	Água	Área das bacias hidrográficas	ha	X		X	2.2.1.1		CMC (Hidroprojecto)
		Comprimento das bacias hidrográficas	km	X					
		Cota média das bacias hidrográficas	m	X					
		Declive médio das bacias hidrográficas	graus	X					
		Caudal Ponta das bacias hidrográficas	m³/s	X					
		Tempo Concentração e Velocidade Correspondente	m/s	X					
		Qualidade das águas das ribeiras	Qualidade/tempo	X		X	2.2.1.2		CMC/DAM/DQAM (Relatório da Qualidade da Água das Ribeiras do Município de Cascais)
		Pontos de Captação	nº	X		X	2.2.2.1		APA/SNIRH
		Nível piezométrico	m	X					
		Nº de praias	nº	X		X	2.2.3.1		Poc-ACE
		Área de Utilização Balnear das praias	m²	X					
		Tipologia das praias	nº	X					
		Qualidade das águas balneares	Qualidade/Tempo	Eixo 3	3	X	2.2.3.2	6.9.1	CMC/APA/SNIRH
	Solo	Área de solo adequada para uso agrícola por tipologia	ha	X		X	2.3.3.1		CMC (PDM 2015 (Estudo de caracterização))
		Área de Reserva Agrícola Nacional	ha	X		X	2.3.3.2		DGADR e DGT (COS)
			agrícola	X					DGT (COS)
		COS 2018 e 2023	solo predominantemente natural	X		X	2.3.5.1		
	Biodiversidade	REN (Área por tipologia)	ha	X		X	2.4.1.1		CMC (PDM 2015)
		Habitat (Rede natura)	ha	X		X	2.4.2.1		CMC (Cascais Ambiente)
		Área abrangida pela ZEC – Zona Especial de Conservação Sintra/Cascais	ha	X		X	2.4.2.2		ICNF
		Cobertura florestal	ha	Eixo 3	3	X	2.4.3.1	6.2.5	DGT (COS)
		LULUCF (Land Use, Land-Use Change and Forestry)	tCO ₂ e	X		X	2.4.3.2		CMC (Roteiro Municipal para a Neutralidade Carbónica e Plano Municipal de Ação Climática de Cascais)
		AFOLU (Agriculture, Forestry and Other Land Uses)	tCO ₂ e	X		X			CMC (Roteiro Municipal para a Neutralidade Carbónica e Plano Municipal de Ação Climática de Cascais)
	C. Ecológica	Estrutura Ecológica Municipal	ha	X		X	2.5.1.1		CMC (PDM 2015 e 2023)

Social	Demografia	População residente	por localização geográfica	nº	Eixo 1	2	X	3.1.1.1	3.1.1	INE
			por grupo etário	nº	Eixo 1	2	X	3.1.1.3	3.1.2	INE
			Projeções demográficas	nº	X		X	3.1.1.6		INE e CEDRU
			por nacionalidade	nº	Eixo 4	2	X	3.1.3.1	3.1.16	INE
			por grupo etário e nacionalidade	nº	Eixo 4	2	X	3.1.3.3	3.1.16	INE
			por nível de escolaridade mais elevado completo	nº	Eixo 1	2	X	3.1.6.2	3.2.2	INE
		Densidade populacional		nº/km²	Eixo 1	2	X	3.1.1.2	3.1.3	INE
		Índice de envelhecimento	total	%	Eixo 4	2	X	3.1.1.4	3.1.7	INE
			por sexo	%	Eixo 4	2				
		Esperança média de vida à nascença	total	nº	Eixo 4	2	X	3.1.1.5	8.2.8	INE
			por sexo	nº	Eixo 4	2				
		Taxa bruta de natalidade		%	Eixo 1	2	X	3.1.2.1	3.1.11	INE
		Taxa bruta de mortalidade		%	Eixo 1	2			3.1.12	
		Taxa de crescimento natural		%	Eixo 1	2			3.1.14	
		População estrangeira com estatuto legal de residente	total	nº	Eixo 4	2		3.1.3.2	3.1.16	PORDATA
			por nacionalidade	nº	Eixo 4	2				
		Saldo migratório		nº	Eixo 4	2	X	3.1.3.4	3.1.15	INE
		Índice de dependência de Jovens		nº	Eixo 4	2	X	3.1.4.1	3.1.8	INE
		Índice de dependência de idosos		nº	Eixo 4	2			3.1.9	
		Índice de dependência total		nº	Eixo 4	2			3.1.10	
		Dimensão média dos agregados domésticos privados		nº	Eixo 1	2	X	3.1.5.1	3.1.17	PORDATA e INE
		Núcleos familiares	total	nº	Eixo 1	2	X	3.1.5.2	3.1.18	INE
			por tipo de núcleo familiar	nº	Eixo 1	2				
			por dimensão (núcleo familiar)	nº	Eixo 1	2				
		Núcleos familiares monoparentais	por tipo de núcleo familiar (Monoparental)	nº	Eixo 1	2	X	3.1.5.3		INE
			por grupo etário (pai ou mãe)	nº	Eixo 1	2				
		Número de alunos matriculados	por tipo de instituição (privada ou pública)	nº	Eixo 1	2	X	3.1.6.1	3.2.4 e 3.2.8	INE
			por nível de ensino	nº	Eixo 1	2				
		População residente com o ensino superior completo	por sexo	nº	Eixo 1	2	X	3.1.6.3	3.2.10	INE
			por níveis ensino superior	nº	Eixo 1	2				
			por áreas de estudo	nº	Eixo 1	2				
		Taxa de analfabetismo		%	Eixo 1	2	X	3.1.6.4	3.2.1	INE

Social (continuação)	Demografia (continuação)	População residente com 15 e mais anos de idade	por nível de escolaridade mais elevado completo	nº	Eixo 1	2		3.1.7.1	3.3.1	INE	
			por condição perante o trabalho	nº	Eixo 1	2					
		População empregada	por setor de atividade	nº	Eixo 1	2	X	3.1.7.2	3.3.2	INE	
			por sexo	nº	Eixo 1	2					
			por atividade económica	nº	Eixo 1	2					
		População desempregada	por Sexo	nº	Eixo 1	2			3.3.3 e 3.3.4		
			por Grupo etário	nº	Eixo 1	2					
		Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual)	total	nº	Eixo 1	2	X	3.1.7.3	3.3.5	PORDATA	
			por sexo	nº	Eixo 1	2					
			por grupo etário	nº	Eixo 1	2					
	por nível de escolaridade completo		nº	Eixo 1	2						
	por tempo de inscrição		nº	Eixo 1	2						
	Rendimento bruto declarado por habitante			€	X		X	3.1.7.4		INE	
	Poder de compra per capita			Índice	Eixo 1	2	X	3.1.7.5	3.4.2	INE	
	Serviços, Coesão e Equidade	Taxa de risco de pobreza			%	Eixo 4	2	X	3.2.1.1	8.1.10	INE
		Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social	por sexo	nº	Eixo 4	2	X	3.2.1.2	8.1.1	PORDATA	
			por e grupo etário	nº	Eixo 4	2					
		Pessoas em situação sem-abrigo e sem teto			nº	Eixo 4	2	X	3.2.1.3	8.1.7	ENIPSSA
		Pensões da Segurança Social	total	nº	X		X	3.2.1.4		PORDATA	
			de sobrevivência	nº	X						
			de invalidez	nº	X						
			de velhice	nº	X						
		Tipos de respostas sociais			nº	Eixo 4	1	X	3.2.2.1	Ver entre o 8.2.1 e o 8.2.6	CMC (Carta Social ISS e Carta Social de Cascais)
		Nº de equipamentos sociais			nº	Eixo 4	1	X			
		Capacidade dos equipamentos sociais			nº	Eixo 4	1	X			
		Nº de utentes			nº	Eixo 4	1	X			
Apoios alimentares		por nº de entidades	nº	X		X	3.2.2.2		CMC (Cascais Data)		
		por nº de apoios prestados	nº	X							
		por tipo de apoios prestados	nº	X							
Enfermeiras/os e médicas/os por 1000 habitantes			nº	Eixo 4	2	X	3.2.3.1	8.2.10 e 8.2.11	INE		
Médicos: não especialistas e especialistas por algumas especialidades			nº	X		X	3.2.3.2		PORDATA		
Número de utentes com médico de família			nº	X		X	3.2.3.3		PORDATA		

Social (continuação)	Serviços, Coesão e Equidade (continuação)	Consultas médicas na unidade de consulta externa dos hospitais	total	nº	X		X	3.2.3.4		INE
			por Especialidade da consulta	nº	X					
		Camas (lotação praticada) nos hospitais por 1000 habitantes por localização geográfica		nº	Eixo 4	2	X	3.2.3.5	8.2.9	INE
Económico	Ativos do Território	Praias com galardão de bandeira azul		nº	Eixo 3	3		4.1.1.1	6.9.2	ABAE
		Concessionários		nº	X		X	4.1.1.2		CMC (GeoCascais)
		Escolas de atividades náuticas		nº	X		X	4.1.1.3		CMC (GeoCascais)
		Apanhadores licenciados		nº	X		X	4.1.1.4		INE (Estatísticas da Pesca)
		Embarcações de pesca com motor		nº	X		X	4.1.1.5		
		Capturas nominais de pescado	por principais portos (toneladas)	ton.	X		X	4.1.1.6		INE (Estatísticas da Pesca)
			por espécies (toneladas)	ton.	X					
			por principais portos (Euros)	€	X		X	4.1.1.7		INE (Estatísticas da Pesca)
			por espécies (Euros)	€	X					
		Lotação dos recintos de espetáculos		nº	X		X	4.1.3.1		INE
		Lotação média dos recintos de espetáculos		nº						
		Sessões de espetáculos ao vivo		nº	X		X	4.1.3.2		INE
		Espetadores de espetáculos ao vivo		nº						
		Visitantes de museus		nº	X		X	4.1.3.3		INE
		Visitantes inseridos em grupos escolares de museus		nº						
		Visitantes estrangeiros de museus		nº	X		X	4.1.3.4		INE
		Exposições realizadas nas Galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias		nº						
		Obras expostas nas galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias	por localização geográfica	nº	X					
			por tipos de obras	nº						
		Autores representados nas galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias		nº	X					
		EBITDA		€	X		X	4.1.4.1		Relatório de Gestão -Circuito do Estoril, SA
		Volume de vendas (Circuito do Estoril)	por venda de produtos	€	X		X	4.1.4.2		Relatório de Gestão -Circuito do Estoril, SA
			por prestação de serviços	€	X					

Económico (continuação)	Ativos do Território (continuação)	Capacidade de alojamento nos estabelecimentos de alojamento turístico	total	nº	Eixo 1	4	X	4.1.6.1	3.5.2	INE
			por tipo	nº	Eixo 1	4				
		Estabelecimentos de alojamento turístico	total	nº	Eixo 1	4	X	4.1.6.2	3.5.1	INE
			por tipo	nº	Eixo 1	4				
		Estada média nos estabelecimentos hoteleiros	total	nº	Eixo 1	4	X	4.1.6.3	3.5.3	INE
			por tipo	nº	Eixo 1	4				
		Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros	total	nº	Eixo 1	4		4.1.6.4	3.5.4	INE
			por tipo	nº	Eixo 1	4				
		Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico	total	nº	Eixo 1	4	X	4.1.6.5	3.5.4	INE
			por local de residência (do hospede)	nº	X					
		Hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico	total	nº	X		4.1.6.6			INE
			por tipo	nº	X					
			por local de residência (do hospede)	nº	X					
		Taxa líquida de ocupação cama nos estabelecimentos de alojamento turístico		%	Eixo 1	4		4.1.6.7	3.5.4/ 3.5.8	INE
		Proveitos totais nos estabelecimentos de alojamento turístico	total	€	Eixo 2	4	X	4.1.6.8	3.5.8	INE
			por tipo	€	Eixo 2	4				
	Tecido Empresarial	Empresas	total	nº	Eixo 1	4	X	4.2.1.1	3.4.4/ 3.4.5	INE
			por Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3)	nº	Eixo 1	4				
			por setor de atividade económica	nº	Eixo 1	4				
			por Localização geográfica	nº	Eixo 1	4	X	4.2.1.2	3.4.4/ 3.4.5	INE
			por dimensão	nº	Eixo 1	4				
		Nascimentos de empresas	total	nº	Eixo 1	4	X	4.2.1.3	3.4.6	INE
			por Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3)	nº	Eixo 1	4				
			por setor de atividade económica	nº	Eixo 1	4				
		Morte de empresas	total	nº	Eixo 1	4	X	4.2.1.4	3.4.7	INE
			por Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3)	nº	Eixo 1	4				
			por setor de atividade económica	nº	Eixo 1	4				

Económico (continuação)	Tecido Empresarial (continuação)	Volume de negócios das empresas	Total	€	Eixo 1	4	X	4.2.1.5	3.4.8	INE
			por Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3)	€	Eixo 1	4				
			por setor de atividade económica	€	Eixo 1	4				
		DNA	Contactos presenciais com empreendedores	nº	Eixo 2	4	X	4.2.1.6	3.7.2	DNA Cascais (Plano de Atividades e Orçamento)
			Empresas criadas com o apoio da DNA Cascais	nº	Eixo 2	4	X			
			Postos de trabalho no concelho	nº	Eixo 2	4	X			
			Investimento global no universo empresas DNA Cascais	€	Eixo 2	4	X			
		Investigadoras/es equivalente a tempo integral nas instituições e empresas com investigação e desenvolvimento	total	nº	Eixo 2	4	X	4.2.2.1	3.7.1	INE
			por 1000 habitantes	nº	Eixo 2	4				
		Despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) das instituições e empresas com investigação e desenvolvimento por localização geográfica		€	X		X	4.2.2.2		INE
Urbano	Uso e ocupação de solo	COS 2018 e 2023 - território artificializado		ha	X		X	5.1.0.1		DGT (COS)
		Densidade habitacional		n.º/ km²	Eixo 1	1	X	5.1.0.2	2.2.3	INE
		Operações urbanísticas	Total	nº	Eixo 1	1	X	5.1.1.1	2.4.1	CMC (DLU)
			por tipo	nº	Eixo 1	1				
			Licenciamento e comunicação prévia (ver como dizer)	nº	Eixo 1	1				
		LC	Total	nº	Eixo 1	1				
			por tipo	nº	Eixo 1	1				
		LU	Total	nº	Eixo 1	1				
		Alvarás emitidos		nº	Eixo 1	1	X	5.1.1.2	2.3.1, 2.3.13, 2.3.14, 2.3.20, 2.3.21 e 2.3.22	CMC (GeoCascais)
		Área objeto de operações de loteamento emitidos		m²	Eixo 1	1	X			
		Lotes (provenientes de alvarás)	Área de lotes	m²	Eixo 1	1				
			Área de construção	m²	Eixo 1	1				
			Nº de fogos	nº	Eixo 1	1				

Urbano (continuação)	Uso e ocupação de solo (continuação)	Cedências	Total	m²	Eixo 1	1				
			para espaços verdes e de utilização coletiva	m²	Eixo 1	1				
			para equipamentos de utilização coletiva	m²	Eixo 1	1				
			respeitantes às infraestruturas viárias	m²	Eixo 1	1				
		AUGI	Total	ha	X		X	5.1.1.3		CMC (GeoCascais)
			Área regularizada	ha	X		X			
		Reabilitação urbana	Total (nº)	nº	X		X	5.1.1.4		CMC (GeoCascais)
			Área	ha	X					
		Certidões emitidas em Área de reabilitação urbana		nº				5.1.1.5		CMC (DEH)
		Avaliações do estado de conservação		nº				5.1.1.6		
		Incentivos fiscais		nº				5.1.1.7		
		Receitas urbanísticas	Total	M€	X		X	5.1.1.5		CMC (SPO)
			por tipo	M€	X					
	Edificado	Edifícios	por localização geográfica	nº	Eixo 1	1	X	5.2.1.1	2.9.1	INE
			por época de construção	nº	Eixo 1	1			2.9.2	
			por tipo de utilização	nº	Eixo 1	1			2.9.3	
			por escalão de dimensão de alojamentos	nº	X					
			por nº de edifícios e dimensão da reparação	nº	X					
			por dimensão da reparação	nº	X					
		Taxa de variação dos alojamentos		%	Eixo 1	1	X	5.2.1.2	2.9.1	INE
		Alojamentos familiares clássicos	por época de construção	nº	Eixo 1	1	X	5.2.1.3	2.8.1	INE
			por forma de ocupação	nº	Eixo 1	1			2.8.2	
		Alojamentos familiares clássicos de residência habitual por regime de ocupação		nº	X					
		Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual por tipo de contrato de arrendamento		nº	X					
		Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar por tipologia do fogo		nº	Eixo 1	1	X	5.2.1.4	2.4.29	INE
		Valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares		€	X		X	5.2.1.5		INE

Urbano (continuação)	Edificado (continuação)	Valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares		€	X			5.2.1.6		INE
		Valor mediano de avaliação bancária		€	X		X	5.2.1.7		INE
		Parque habitacional municipal		nº			X	5.2.1.8		
		Classificação energética e de qualidade do ar interior		nº			X	5.2.1.9		
	Ambiente urbano	Áreas verdes públicas	por localização geográfica	nº	Eixo 3	1	X	5.3.1.1	6.3.1/ 6.3.2	CMC (GeoCascais) e DGT (COS)
			por tipo	nº	Eixo 3	1				
		Capitação de áreas verdes			Eixo 3	1	X		6.3.3	CMC (GeoCascais)
		Nº Total de Árvores		nº	Eixo 3	1	X	5.3.1.2	6.3.4	CMC (GeoCascais e Cascais Ambiente)
		Parcelas de cultivo e áreas		nº e ha	X		X	5.3.2.1		CMC (Cascais Ambiente)
		Hortas	Total	nº	X					
			por tipologia (hortas, vinhas e pomares)	nº	X					
		Qualidade do Ar		Índice	Eixo 3	3	X	5.3.4.1	6.6.5	APA e CMC/DAM
		Concentração de NO2 (dióxido de azoto)		µg/m³	Eixo 3	3			6.6.10	
		Concentração de partículas em suspensão (PM 10)		µg/m³	Eixo 3	3			6.6.8	
		Concentração de O3 (ozono)		µg/m³	Eixo 3	3			6.6.12	
	Equipamentos de utilidade pública	Estabelecimentos de ensino		nº	Eixo 2	4	X	5.4.1.1	5.1.1	CMC
		Unidades de saúde		nº	Eixo 2	2	X	5.4.2.1	5.2.1	
		Equipamentos sociais		nº	Eixo 4	2	X	5.4.3.1	5.6.1	CMC
		Instalações desportivas		nº	Eixo 4	2	X	5.4.4.1	5.3.4	CMC
		Equipamentos culturais		nº	Eixo 4	2	X	5.4.5.1	5.4.2	CMC
		Associações culturais		nº	Eixo 4	2				CMC
		Equipamentos administrativos, de prevenção e de segurança pública	Equipamentos da administração local	nº	Eixo 4	2	X	5.4.6.1	5.5.1	CMC (GeoCascais)
			Equipamentos da administração central	nº	Eixo 4	2	X		5.5.2	CMC (GeoCascais)
			Forças de segurança	nº	Eixo 4	2	X	5.4.6.2	5.7.2	CMC (GeoCascais)
			Quarteis de bombeiros	nº	Eixo 4	2	X		5.7.1	CMC (GeoCascais)
	Redes de Infraestruturas Territoriais e urbanas	Percentagem de população com acesso sustentável a uma fonte de água potável		%	Eixo 3	3	X	5.5.1.1	6.10.2	INE, ERSAR e AdC
		Consumo doméstico de água por habitante		m³/ hab	Eixo 3	3			6.10.6	
		Perdas Reais		m³/ ano	X		X	5.5.1.2		ERSAR
		Águas Residuais Drenadas e Tratadas		m³	Eixo 3	3	X	5.5.1.3	6.10.10	AdP
		Reutilização de águas residuais tratadas		m³	Eixo 3	3	X	5.5.1.4	6.10.11	Água do Tejo Atlântico

Urbano (continuação)	Redes de Infraestruturas Territoriais e urbanas (continuação)	Comprimento total de coletores separativos de águas residuais urbanas	km	X		X	5.5.1.5		ERSAR
		Coletores da rede principal renovados	km	Eixo 3	3	X		6.10.12	
		Rede e Iluminação Pública	km e nº	X		X	5.5.2.1		CMC (GeoCascais)
		Consumo de energia elétrica	total	kWh	Eixo 3	3	X	5.5.2.2	6.5.2 e 6.5.6
			por tipo de consumo	kWh	Eixo 3	3			
		Consumo doméstico de energia elétrica por habitante	kWh/ hab	Eixo 3	3	X	5.5.2.3	6.5.7	INE
		Rede de gás, por operador	km	X		X	5.5.3.1		CMC (GeoCascais)
		Recipientes de recolha distribuídos pelo concelho (diferenciada e indiferenciada)	nº	Eixo 3	3	X	5.5.4.1	6.1.19	CMC (GeoCascais)
		Quantidade total de resíduos recebidos pela Tratolixo	ton.	Eixo 3	3	X	5.5.4.2	6.1.2; 6.1.6; 6.1.11	CMC (Cascais Data)
		Resíduos Urbanos Indiferenciados (provenientes da recolha indiferenciada de resíduos urbanos) face ao total de resíduos recebidos	%	Eixo 3	3				
		Composição física média dos resíduos urbanos provenientes da recolha indiferenciada	%	Eixo 3	3				
		Valorização e destino final de resíduos	ton.	Eixo 3	3	X	5.5.4.3	6.1.28	PORDATA
		Rede pedonal	km	Eixo 1	1	X	5.5.5.1	4.1.6	CMC (GeoCascais)
		Rede de recreio	km	X		X	5.5.5.2		CMC (GeoCascais)
		Rede ciclável, por localização geográfica, tipo e direção (das faixas)	km	Eixo 1	1	X	5.5.5.3	4.1.7	CMC (GeoCascais)
		Estações de bike sharing	nº	Eixo 1	1	X	5.5.5.4	4.6.7	CMC (GeoCascais)
		Rede Viária	m	Eixo 1	1	X	5.5.6.1	4.1.1	CMC (PDM 2023 E GeoCascais)
		Estacionamento de superfície, por tipologia	nº	Eixo 1	1	X	5.5.6.2	4.6.1; 4.6.2; 4.6.4; 4.6.6 e 4.6.8	CMC (GeoCascais)
		Lugares tarifados	nº	Eixo 1	1				
		Estacionamentos na área de influência de interface	nº	Eixo 1	1				
		Oferta de lugares em parques	nº	Eixo 1	1				
		Parques na área de influência de interface	nº	Eixo 1	1	X	5.5.6.3		CMC (Mobie-e)
		Média dos consumos por carregamento	kwh	X					
		Média de carregamentos por utilizador	nº	X					
		Tomadas, por 100 km de rodovias, 100 mil hab. e tipo de carregamento	nº	Eixo 1	1	X		4.4.1	
		Acidentes de viação com vítimas	por tipo de acidente	nº	Eixo 1	1	X	5.5.6.4	4.5.1
			por tipo de via	nº					
		Vítimas de acidentes de viação por tipo de vítima	nº	Eixo 1	1		5.5.6.5	4.5.3	INE
		Tráfego aéreo, por natureza e região	nº	Eixo 1	1	X	5.5.8.1	4.2.6	CMC (Cascais Dinâmica (Relatório de Gestão e Contas) e Cascais Airport)
		Tráfego aéreo de passageiros, por natureza e regiões (embarcados e desembarcados)	nº	Eixo 1					

Urbano (continuação)	Mobilidade e Transportes	Movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante por local de residência ou destino e local de destino ou residência		nº	Eixo 1	1	X	5.6.0.1	4.3.1	INE
		População empregada ou a frequentar o sistema de ensino que vive a maior parte do ano no alojamento e que utiliza transporte nas deslocações casa/trabalho/escola	por local de residência	nº	Eixo 1	1	X	5.6.0.2	4.3.1, 4.3.2 e 4.3.4	INE
			por principal escalão de duração dos movimentos pendulares	nº	Eixo 1	1				
			por principal meio de transporte	%	Eixo 1					
				nº	Eixo 1	1	X	5.6.0.3	4.3.2	INE
		Tráfego	anual (A5 e A16)	nº	X		X	5.6.0.4		
			médio diário anual (A5 e A16)	nº	X					
		Circulações de autocarros		nº	Eixo 1	1	X	5.6.1.1	4.2.1 ou o 4.2.3 e 4.2.2	CMC/DAT/DRGM
		Veículos, por tipologia, lotação e piso		nº	Eixo 1	1				
		Nº de carreiras		nº	Eixo 1	1	X	5.6.1.2	4.2.1 ou na 4.2.3	CMC/DAT
		Circulação média diária de carreiras		nº						
		Extensão das linhas de carreiras		km	X					
		Distância média entre paragens		m	X					
		Nº de passageiros		nº	Eixo 1	1	X	5.6.1.3	4.2.1	CMC/DAT
		Praças de táxis, por freguesia e nº de lugares		nº	Eixo 1	1	X	5.6.1.4	4.4.3	CMC (GeoCascais)
	C. Digital	Antenas, por operador		nº	X		X	5.7.1.1		CMC (GeoCascais)
		Acessos à Internet em banda larga em local fixo		nº	Eixo 2	4	X	5.7.1.2	3.7.4	INE
	Vulnerabilidades	Incêndios	por área ardida	ha	X		X	8.1.1.1	6.2.6	CMC (GeoCascais) e ICNF
			por local de ocorrência	nº	Eixo 3	3				
		Incêndios - nº de ocorrências por freguesia		nº	X		X	8.1.2.1		CMC (GeoCascais)
		Nº de hidrantes implantados		nº	Eixo 3	3	X	8.1.2.2	7.8.1	CMC (GeoCascais)
		Instabilidade de vertentes	Ocorrência de movimentos de vertente		nº	X		X	8.4.0.1	CMC (GeoCascais/SMPC)
			Comprimento de arriba		km	X		X	8.4.0.2	CMC (Plano Municipal de Ação Climática de Cascais)
			Movimentos		nº	X				
			Área horiz. Perdida		m²	X				
			Volume deslocado		m³	X				
			Velocidade média de recuo		m/ano	X				
			Recuo local máximo		m	X				
		Galgamentos	Ocorrência de galgamentos		nº	X		X	8.5.0.1	CMC (GeoCascais/SMPC)
		Inundações e cheias	Ocorrência de inundações/cheias		nº	X		X	8.6.0.1	CMC (GeoCascais/SMPC)

Vulnerabilidades (continuação)	Social	Taxa de criminalidade	Total	%	Eixo 4	2	X	8.7.0.1	7.1.4	INE
			por categoria de crime	%	Eixo 4	2				
		Crimes registados pelas autoridades policiais	total	nº	Eixo 4	2	X	8.7.0.2	7.1.4	INE
			por categoria de crime	nº	Eixo 4	2				
	Ruído	Nº de Zonas de Conflito - Ruído		nº	Eixo 3	3	X	8.8.0.1	6.6.3	CMC (PMRR)
		População afetada por níveis sonoros acima dos limites legais		nº	X			8.8.0.2		
		Nº de reclamações		nº	X			8.8.0.3		
	População e edifícios afetados	População residente por freguesias, em áreas classificadas como de moderada e elevada suscetibilidade dos terrenos à ação sísmica		nº	Eixo 3	3	X	8.10.0.1	7.2.1	INE (ponderação DAMA) e CMC (GeoCascais - Lev. Top. 2019)
		N.º de edifícios por freguesias, em áreas classificadas como de moderada e elevada suscetibilidade dos terrenos à ação sísmica		nº	Eixo 3	3	X	8.10.0.2	7.2.2	CMC (GeoCascais - Lev. Top. 2019)
		População residente por freguesias, em áreas classificadas como de moderada e elevada suscetibilidade de movimentos de massa de vertente		nº	X		X	8.10.0.3		INE (ponderação DAMA) e CMC (GeoCascais - Lev. Top. 2019)
		N.º de edifícios por freguesias, em áreas classificadas como de moderada e elevada suscetibilidade de movimentos de massa de vertente		nº	X		X	8.10.0.4		CMC (GeoCascais - Lev. Top. 2019)
		População residente por freguesias, em áreas de instabilidade de arribas		nº	X		X	8.10.0.5		INE (ponderação DAMA) e CMC (GeoCascais - Lev. Top. 2019)
		N.º de edifícios por freguesias, em áreas de instabilidade de arribas		nº	X		X	8.10.0.6		CMC (GeoCascais - Lev. Top. 2019)
		População residente por freguesias, em áreas hipoteticamente afetadas pelas ondas de tsunami		nº	Eixo 3	3	X	8.10.0.7	7.3.1	INE (ponderação DAMA) e CMC (GeoCascais - Lev. Top. 2019)
		Edifícios, em áreas hipoteticamente afetadas pelas ondas de tsunami		nº	X		X	8.10.0.8		CMC (GeoCascais - Lev. Top. 2019)
		População residente por freguesias, em áreas classificadas como de moderada e elevada suscetibilidade de cheias e inundações		nº	X		X	8.10.0.9		INE (ponderação DAMA) e CMC (GeoCascais - Lev. Top. 2019)
		N.º de edifícios por freguesias, em áreas classificadas como de moderada e elevada suscetibilidade de cheias e inundações		nº			X	8.10.0.10		CMC (GeoCascais - Lev. Top. 2019)
Governança	Orçamento	Prestação de contas individual e consolidada	Receitas	€	X		X	9.1.0.1		CMC (Relatórios de execução orçamental)
			Despesas	€			X	9.1.0.2		
	Part. Publica	Inscritos e votantes nas eleições municipais		nº	Eixo 5	2	X	9.4.1.1	1.2.4	https://www.eleicoes.mai.gov.pt/autarquicas2021/resultados/territorio-nacional?local=LOCAL-110500
		Orçamento Participativo		nº	Eixo 5	2	X	9.4.2.1	1.2.1	CMC/Cascais Data
		Orçamento Participativo Jovem		nº	X		X			
		Nº de Participações		nº	Eixo 5	2		9.4.3.1	1.2.3	CMC

Anexo II- Quadro Referência Estratégico

ENQUADRAMENTO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

Âmbito	Documento de Referência Estratégico	Sigla
Âmbito Nacional	Plano de Recuperação e Resiliência	PRR
	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	PNPOT
	Plano Sectorial da Rede Natura 2000	PSRN2000
	Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030	PENSAARP 2030
	Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030	PERSU 2030
	Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2030	PNGR 2030
	Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (2014-2020)	PETI3+
	Plano de Ação Litoral XXI	PALXXI
	Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas	P-3AC
	Programa Nacional de Turismo de Natureza	PNTN
	Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água 2012-2020	PNUEA
	Plano Nacional da Água	PNA
	Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas	PETI3
	Plano Rodoviário Nacional	PRN
	Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios	PNDFCI
	Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais	PNGIFR
	Plano Nacional de Energia e Clima	PNEC 2030
	Programa Nacional de Investimentos 2030	PNI 2030
	Lei de Bases da Habitação	LBH
Âmbito Regional	Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste	PG RH5A
	Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa	PROT-AML
	Plano Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo	PROF-LVT
	Programa da Orla Costeira Alcobaca- Cabo Espichel	POC-ACE
	Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas	PMAAC
	Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais	POPNSC
	Plano Especial de Emergência para o Risco Sísmico	PEERS
	Programa Sub-Regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais da Área Metropolitana de Lisboa	SGIFR
	Plano Estratégico para a Inovação da AML (2024)	PEI-AML
	Programa Regional de Lisboa 2030	Lisboa 2030
	Planos de Gestão de Riscos de Inundações	PGRI
Âmbito Municipal	Plano Diretor Municipal de Cascais	PDM
	Plano de Pormenor do Espaço de Estabelecimento Terciário do Arneiro	PPEETA
	Plano de Pormenor do Espaço de Reestruturação Urbanística da Quinta do Barão	PPQB
	Plano de Pormenor do Espaço Terciário de Sassoeiros Norte	PPETSN
	Plano de Pormenor para a Instalação da Sede Nacional da Brisa-autoestradas de Portugal	
	Plano de Pormenor para a Reestruturação Urbanística dos Terrenos do Hotel Estoril-Sol e Área Envolvente	
	Plano de Pormenor do Espaço de Reestruturação Urbanística de Carcavelos Sul	PPERUCS
	Plano de Pormenor do Gaveto da R. Alvide com a R. Catarina Eufémia	
	Plano de Pormenor da Av. Venezuela	
	Plano de Pormenor da Av. Faial / R. Açores	
	Plano de Pormenor da R. de Espinho/ Av. S. Pedro	
	Plano de Pormenor Residência de 3ª Idade/Apartamento Rei Carol	
	Plano de Pormenor da Galiza	
	Plano de Pormenor do terreno designado "Mação"	
	Plano de Pormenor da Villa Romana de Freiria	
	Plano de Pormenor de St. Dominic's	

Âmbito Municipal (continuação)	Plano de Pormenor da Zona da Guia - EN 247	
	Plano de Pormenor da Quinta da Alagoa de Cima	PPQAC
	Plano Estratégico de Cascais Face às Alterações Climáticas	PECAC
	Plano de Ação para a Adaptação às Alterações Climática – Cascais 2030	PA3C2
	Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano	PEDU-Cascais
	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Cascais	PMEPCC
	Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios 2020/2029	PMDFCI
	Estratégia Local de Habitação do Município de Cascais	

Outros documentos de referência que foram considerados:

Âmbito	Documento de Referência Estratégico	Sigla
Âmbito Nacional	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável	ENDS
	Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira	ENGIZC
	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020	EN AAC 2020
	Estratégia Nacional para o Ar 2020	ENAR 2020
	Estratégia para o Turismo 2027	ET27
	Estratégia Nacional para a Floresta	ENF
	Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	ADS 2030
	Nova Agenda Urbana para o Séc. XXI	NAU
	Nova Geração de Políticas de Habitação	NGPH
	Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050	RNC2050
	Estratégia Nacional para as Cidades Sustentáveis 2020	ENCS2020
	Reserva Ecológica Nacional	REN
	Reserva Agrícola Nacional	RAN
	Lei de Bases do Património Cultural	LBPC
	Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo	LBPSOTU
	Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa	ENMA
	Estratégia dos Biorresíduos	EB
Âmbito Regional	Estratégia Regional de Lisboa – AML 2030	AML 2030
	Estratégia para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa	ETA-AML
	Rede FoodLink – Rede para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa	RTA-AML
Âmbito Municipal	Cascais 2030	Cascais 2030
	Estratégia Municipal Cascais 2025	EMC2025
	Estrutura Ecológica Municipal	EEM

Dos **Instrumentos de âmbito Nacional**, destacam-se pela sua relevância para o REOT Cascais, os seguintes:

- **Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)**

[Decreto-Lei n.º 29-B/2021, de 4 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 29-B/2021, de 4 de maio]

O Plano de Recuperação e Resiliência é um programa de âmbito nacional, com um período de execução até 2026, que vai implementar um conjunto de reformas e de investimentos destinados a impulsionar o país no caminho da retoma, do crescimento económico sustentado e da convergência com a Europa ao longo da próxima década, tendo como orientação um conceito de sustentabilidade inspirado nos objetivos de

Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. O PRR está alinhado com os seis pilares Relevantes da estratégia europeia 2030: Transição Verde; Coesão Social e Territorial; Transformação Digital; Saúde Resiliência; Políticas e apoio às PME.

- **Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)**

[Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro]

O PNPOT é o instrumento de topo do sistema de gestão territorial, definindo objetivos e opções estratégicas de desenvolvimento territorial, e estabelecendo o modelo de organização do território nacional. No quadro dos trabalhos de elaboração do REOT Cascais foi assegurada a devida compatibilização do preconizado pelo REOT do PNPOT (Discussão Pública), nomeadamente no que diz respeito à promoção de um sistema urbano policêntrico (através da afirmação da cidade como motor de internacionalização de competitividade externa), à promoção da inclusão e valorização da diversidade territorial, através da dinamização do potencial local e do reforço da conectividade interna e externa, otimizando as infraestruturas ambientais e ecológicas e garantindo o reforço e integração das redes de acessibilidades e de mobilidade.

- **Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000)**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho]

É um instrumento de gestão territorial, de concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, visando a salvaguarda e valorização dos sítios e das ZPE do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas. Na sua essência, é um instrumento para a gestão da biodiversidade. A Rede Natura 2000 compreende as áreas classificadas como zona especial de conservação - ZEC, e as áreas classificadas como zona de proteção especial - ZPE, constando o respetivo regime de diploma próprio, e também se aplica ao meio marinho e é composta por: ZPE - Zonas de Proteção Especial (estabelecidas ao abrigo da Diretiva Aves, que se destinam essencialmente a garantir a conservação das espécies de aves, e seus habitats, listadas no seu Anexo I, e das espécies de aves migratórias não referidas no Anexo I e cuja ocorrência seja regular) e ZEC - Zonas Especiais de Conservação (criadas ao abrigo da Diretiva Habitats, com o objetivo expresso de contribuir para assegurar a Biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais (Anexo I) e dos habitats de espécies da flora e da fauna selvagens (Anexo II), considerados ameaçados no espaço da União Europeia).

- **Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030)**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2024, de 5 de fevereiro e alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2024, de 22 de agosto]

É um Plano estratégico para o período de 2021-2030, e inclui no seu âmbito de aplicação não apenas o abastecimento de água e a gestão de águas residuais, mas também a gestão de águas pluviais. A estratégia tem como objetivo assegurar a sustentabilidade do setor a longo prazo, constituindo-se como o instrumento norteador das políticas para o ciclo urbano da água, nomeadamente na resposta aos desafios que se colocam por força das alterações climáticas.

- **Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030)**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2023, de 24 de março]

O Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030 (PERSU 2030), na qualidade de instrumento de planeamento de referência na área dos resíduos urbanos (RU), constitui um documento evolutivo, de quarta geração, que pretende garantir a aplicação da política nacional de gestão de RU, orientando os agentes envolvidos para a implementação de ações alinhadas com as políticas e estratégia definidas pela União Europeia, contribuindo para a prevenção de resíduos e para o aumento da preparação para reutilização, para a reciclagem e outras formas de valorização dos RU, com a consequente redução de consumo de matérias-primas primárias. Com efeito, a prevenção da produção de resíduos é um desígnio do PERSU 2030, assim como a recuperação e transformação dos mesmos em recursos, promovendo um mercado de matérias-primas secundárias capaz de competir com o mercado de matérias-primas primárias.

- **Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2030 (PNGR 2030)**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2023, de 24 de março]

O Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR 2030) é um instrumento de planeamento macro da política de resíduos que aposta na mudança do paradigma atual em matéria de resíduos, preconizando a prevenção da produção de resíduos a fim de proteger, preservar e melhorar a qualidade do ambiente e proteger a saúde humana, assegurando que a gestão dos resíduos que não podem ser prevenidos seja efetuada através de uma gestão sustentável dos materiais, garantindo uma utilização eficiente dos recursos naturais, promovendo os princípios da economia circular, reforçando a utilização da energia renovável e aumentando a eficiência energética.

- **Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas (PETI3+)**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 61-A/2015, de 20 de agosto]

O Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas - PETI3+, assenta em três objetivos estratégicos para o horizonte 2014-2020: contribuir para o crescimento económico, apoiando as empresas portuguesas e a criação de emprego; assegurar a competitividade do sector dos transportes e a sua sustentabilidade financeira para os

contribuintes portugueses e promover a coesão social e territorial, assegurando a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens em todo o país e a sustentabilidade ambiental.

- **Plano de Ação Litoral XXI**

O Plano de Ação Litoral XXI assume-se como o instrumento plurianual de referência e de atuação no âmbito da gestão integrada da zona costeira de Portugal Continental, refletindo opções estratégicas e políticas, identificando e priorizando o vasto conjunto de intervenções físicas a desenvolver pelas múltiplas entidades com atribuições e competências no litoral no período de vigência da Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira. Estas intervenções incidem na prevenção do risco e na salvaguarda de pessoas e bens, na proteção e valorização do património natural, no desenvolvimento sustentável das atividades económicas geradoras de riqueza e na fruição das áreas dominiais em condições de segurança e qualidade, na articulação com a gestão dos recursos hídricos interiores numa ótica de gestão das bacias hidrográficas que acautela a reposição progressiva dos ciclos sedimentares, sem esquecer a monitorização, o conhecimento científico, a disponibilização de informação, a educação e formação, bem como a governação.

- **Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC)**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2019, de 2 de agosto]

O Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC) visa concretizar o segundo objetivo da ENAAC 2020 - implementar medidas de adaptação -, essencialmente identificando as intervenções físicas com impacto direto no território. Para o efeito, estabelece as linhas de ação e as medidas prioritárias de adaptação, identificando as entidades envolvidas, os indicadores de acompanhamento e as potenciais fontes de financiamento. As nove linhas de ação estabelecidas visam a redução dos principais impactos e vulnerabilidades do território, designadamente: a) aumento da frequência e da intensidade de incêndios rurais; b) aumento da frequência e da intensidade de ondas de calor; c) aumento da frequência e da intensidade de períodos de seca e de escassez de água; d) aumento da suscetibilidade à desertificação; e) aumento da temperatura máxima; f) aumento da frequência e da intensidade de eventos de precipitação extrema; g) subida do nível das águas do mar, e h) aumento de frequência e da intensidade de fenómenos extremos que provocam galgamento e erosão costeiros.

- **Programa Nacional de Turismo de Natureza**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015, de 21 de julho]

O principal objetivo deste programa é “a promoção e afirmação dos valores e potencialidades”, através de “produtos e serviços inovadores e sustentáveis” a nível de desenvolvimento local e património cultural. Segundo o Decreto-Lei n.º 186/2015, de 3 de setembro, “importa lançar as bases legais para que a regulamentação da matéria do turismo de natureza permita, a breve prazo e de uma forma integrada e uniforme, promover a disseminação do reconhecimento como turismo de natureza. Criado em 1998, o plano anterior tinha aplicação limitada às áreas protegidas, no âmbito do quadro comunitário de apoio 2000-2006 e do sistema de incentivos a produtos turísticos de vocação estratégica. O mais recente Programa Nacional de Turismo de Natureza surgiu na sequência da evolução do enquadramento legal aplicável e do sistema nacional de áreas classificadas, que refere que “o turismo deve ser sustentável a longo prazo”.

- **Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2005, de 30 de junho]

O Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água contribui para uma nova cultura de água em Portugal através da sua valorização nos setores urbano, agrícola e industrial. É um instrumento de política ambiental nacional que tem como principal objetivo a promoção do Uso Eficiente da Água em Portugal, especialmente nos setores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar os riscos de escassez hídrica e para melhorar as condições ambientais nos meios hídricos, sem pôr em causa as necessidades vitais e a qualidade de vida das populações, bem como o desenvolvimento socioeconómico do país. O PNUEA associa a melhoria da eficiência de utilização da água à consolidação de uma nova cultura de água em Portugal, através da qual este recurso seja crescentemente valorizado, não só pela sua importância para o desenvolvimento humano e económico, mas também para a preservação do meio natural, numa ótica de desenvolvimento sustentável e respeito pelas gerações futuras. Com este programa pretende-se ainda alcançar a redução dos volumes de cargas poluentes rejeitadas para os meios hídricos e a redução dos consumos de energia, aspetos fortemente dependentes dos usos da água.

- **Plano Nacional da Água**

[Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro]

O Plano Nacional da Água estabelece as grandes opções da política nacional da água e os princípios e orientações a aplicar pelos planos de gestão de regiões hidrográficas e por outros instrumentos de planeamento das águas. O plano define três objetivos fundamentais para a gestão das águas: A proteção e a requalificação do estado dos ecossistemas aquáticos e dos ecossistemas terrestres, bem como das zonas húmidas que deles dependem, no que respeita às suas necessidades de água; a promoção do uso sustentável, equilibrado e equitativo de água de boa qualidade, com a afetação aos

vários tipos de usos, tendo em conta o seu valor económico, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis e o aumento da resiliência relativamente aos efeitos das inundações e das secas e outros fenómenos meteorológicos extremos decorrentes das alterações climáticas.

- **Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas (PETI3+)**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 61-A/2015, de 20 de agosto]

O Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas - PETI3+, assenta em três objetivos estratégicos para o horizonte 2014-2020: contribuir para o crescimento económico, apoiando as empresas portuguesas e a criação de emprego; assegurar a competitividade do sector dos transportes e a sua sustentabilidade financeira para os contribuintes portugueses e promover a coesão social e territorial, assegurando a mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens em todo o país e a sustentabilidade ambiental.

- **Plano Rodoviário Nacional (PNR)**

[Decreto-Lei n.º 222/98, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho, pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de outubro e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto]

O plano rodoviário nacional define a rede rodoviária nacional do continente, que desempenha funções de interesse nacional ou internacional. A rede rodoviária nacional é constituída pela rede nacional fundamental e pela rede nacional complementar.

- **Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI).**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 maio]

Neste PNDFCI são estabelecidas linhas de atuação com a indicação clara da fase de planeamento, execução e controlo, calendarização de medidas e indicadores de execução, tornando simples, objetiva e operacional a implementação deste instrumento estratégico. A gestão deste PNDFCI baseia-se em princípios base que vão desde a responsabilização à cooperação, à execução no âmbito das prioridades definidas e à monitorização e avaliação do desempenho do processo de operacionalização.

- **Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR),**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho]

O Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, é composto por três peças: Estratégia 20-30, Cadeia de Processos e Programa Nacional de Ação.

O Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais quer dar resposta a uma incorreta perceção do risco de incêndio com um modelo inovador de governação.

- **Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC 2030)**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho e Resolução do Conselho de Ministros n.º 149/2024, de 30 de outubro que aprova a atualização do Plano Nacional Energia e Clima 2030, para efeitos de envio à Assembleia da República]

O PNEC 2030 é o principal instrumento de política energética e climática para a década 2021-2030, rumo a um futuro neutro em carbono e surge no âmbito das obrigações estabelecidas pelo Regulamento da Governação da União da Energia e da Ação Climática, o qual prevê que todos os Estados-membros elaborem e apresentem à Comissão Europeia os seus planos integrados em matéria de energia e de clima. O PNEC inclui uma caracterização da situação existente em Portugal em matéria de Energia e Clima, abrangendo cinco dimensões previstas no Regulamento da Governação da União da Energia e da Ação Climática: descarbonização, eficiência energética, segurança de abastecimento, mercado interno da energia e investigação, inovação e competitividade, bem como as principais linhas de atuação planeadas para o cumprimento dos diferentes compromissos.

- **Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC)**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 190-A/2017, de 11 de dezembro, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 108/2019, de 2 de julho]

O PAEC assume compromissos alinhados com o Plano de Ação para a Economia Circular da União Europeia (UE), com o Acordo de Paris, com a Estratégia de Política Industrial da UE, e com os Objetivos da Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030 das Nações Unidas. Este plano define ações a três níveis: ações transversais (que consolidam ações de várias áreas governativas para esta transição e incluem ações como o desenvolvimento de parcerias para a inovação e a promoção do financiamento de soluções que acelerem a transição para a economia circular), agendas sectoriais (sobretudo para setores mais intensivos no uso de recursos e de cariz exportador. Neste nível as linhas lançadas pelo PAEC são orientações que podem ser apropriadas pelos sectores e complementadas com outras iniciativas) e agendas regionais (a adaptar às especificidades socioeconómicas de cada região, e que incluem a identificação de redes de simbiose industrial e a partilha de boas práticas para a economia circular em contexto urbano). Acelerar a transição para a economia circular não se esgota neste plano: outros instrumentos políticos contribuem para o mesmo fim em áreas específicas como a neutralidade carbónica, o ordenamento do território, a economia azul, a bioeconomia, a agricultura biológica, o empreendedorismo jovem, o SIMPLEX, as compras públicas ecológicas e a regeneração urbana.

- **Plano Nacional de Investimentos (PNI 2030)**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 192/2023, de 26 de dezembro]

Instrumento de planeamento de um ciclo de investimentos estratégicos e estruturantes de âmbito nacional, que define os investimentos em equipamentos e infraestruturas nas áreas de transportes, ambiente, energia e regadio para a década de 2021 a 2030. Este ciclo de investimentos assenta em três objetivos estratégicos: Coesão, competitividade e inovação, (reforçando a conectividade dos territórios e da atividade económica, aumentando e melhorando as condições infraestruturais do território); sustentabilidade (promovendo a descarbonização da economia e promovendo a transição energética) e ação climática (adaptando os territórios às alterações climáticas e garantindo uma maior resiliência das infraestruturas).

Dos **Instrumentos de âmbito Regional**, destacam-se pela sua relevância para o REOT Cascais, os seguintes:

- **Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (PGRH 5ª)**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2024, 3 de abril]

O Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste - PGRH 5ª (Planos de Gestão de Região Hidrográfica - RCM n.º 62/2024, 3 de abril), enquanto instrumento de planeamento das águas, visa fornecer uma abordagem integrada para a gestão dos recursos hídricos, dando coerência à informação para a ação e sistematizando os recursos necessários para cumprir os objetivos definidos. Tem em vista estabelecer de forma estruturada e programática uma estratégia racional de gestão e utilização da bacia hidrográfica do Tejo, em articulação com o ordenamento do território e a conservação e proteção do ambiente, prevenindo a ocorrência de futuras situações potencialmente problemáticas e definindo as linhas estratégicas da gestão dos recursos hídricos.

- **Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML)**

[Resolução de Conselho de Ministros n.º 68/2002, de 8 de abril]

O PROTAML tem como visão “dar dimensão e centralidade europeia e ibérica à AML, espaço privilegiado e qualificado de relações Euro-Atlânticas, com recursos produtivos, científicos e tecnológicos avançados, um património natural, histórico, urbanístico e cultural singular, terra de intercâmbio e solidariedade, especialmente atrativa para residir, trabalhar e visitar”. A estratégia territorial assenta na interdependência de três dimensões territoriais para o desenvolvimento da região metropolitana de Lisboa: a área metropolitana central; a periferia metropolitana e a região de polarização metropolitana. As Opções Estratégicas do Modelo Territorial do PROTAML têm em vista a reconfiguração espacial e funcional da AML, e dividem-se em Unidades Territoriais, Estrutura Metropolitana de Proteção e Valorização Ambiental e, Transportes e Logística.

- **Plano Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo (PROF-LVT)**

[Portaria n.º 52/2019, de 11 de fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 13/2019, de 12 de abril]

O PROF-LVT é um instrumento de gestão do território de política setorial, que incide sobre os espaços florestais e visa enquadrar e estabelecer normas específicas de uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal à escala regional, por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços. Tem como objetivos: a minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos; especialização do território; melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos; internacionalização e aumento do valor dos produtos; melhoria geral da eficiência e competitividade do setor e racionalização e simplificação dos instrumentos de política.

O PROF-LVT compreende 25 sub-regiões homogéneas, estando Cascais integrado na sub-região homogénea "Grande Lisboa".

- **Programa da Orla Costeira Alcobaça-Cabo Espichel (POC-ACE)**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2019, de 11 de abril]

O Programa da Orla Costeira Alcobaça – Cabo Espichel (POC-ACE) corresponde à revisão e fusão num único Programa Especial dos três Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) em vigor no sector litoral da região hidrográfica do Tejo e Oeste: POOC Alcobaça – Mafra; POOC Cidadela –São Julião da Barra e POOC Sintra – Sado. Os Programas da Orla Costeira (POC) visam a prossecução de objetivos indispensáveis à tutela de interesses públicos e de recursos de relevância nacional com repercussão territorial e estabelecem regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais, através de medidas que instituem ações permitidas, condicionadas ou interditas, prevalecendo sobre os planos territoriais de âmbito intermunicipal e municipal e abrangem uma faixa ao longo do litoral com uma largura mínima de 500m na zona terrestre, podendo ir a 1000 m (quando tal seja justificado pela necessidade de proteção de sistemas biofísicos costeiros, e uma faixa marítima até à batimétrica dos 30m, incluindo as áreas sob jurisdição portuária).

- **Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas**

O Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas (PMAAC), apresentado publicamente em dezembro de 2019, visa a integração da adaptação às alterações climáticas no planeamento intermunicipal e municipal, e a criação de uma cultura de cooperação transversal aos vários setores e atores socioeconómicos da região, capaz de reforçar a resiliência territorial em todo o território. A visão metropolitana que esteve na base da construção do plano é a redução da vulnerabilidade da AML às alterações

climáticas. A região, no seu todo, deve promover a adaptação como um instrumento para construir um território mais sustentável, capaz de garantir um modelo de desenvolvimento mais equitativo e territorialmente mais justo, que afirme a sua capacidade de inovação e a sua atratividade global.

- **Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais (POPNSC)**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 1-A/2004, de 8 de janeiro]

O Parque Natural de Sintra-Cascais estende-se do limite norte do concelho de Sintra, junto à foz do rio Falcão, para sul até à Cidadela de Cascais. Tem em vista o estabelecimento de um regime de gestão e salvaguarda de recursos e valores naturais que garanta a conservação da natureza e da biodiversidade e a manutenção e valorização da paisagem, aliado ao aproveitamento racional dos recursos naturais, à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e à conciliação com o desenvolvimento social e económico das populações aí presentes, essenciais à implementação do princípio da utilização sustentável do território e do garante da sua disponibilidade para as gerações futuras. Nos termos do Despacho 2070/2025, de 13 de fevereiro foi determinado o Procedimento de Execução do Programa Especial do Parque Natural de Sintra-Cascais (PEPNSC), num prazo de 24 meses.

- **Plano Especial de Emergência para o Risco Sísmico**

O Plano Especial de Emergência para o Risco Sísmico na área metropolitana de Lisboa e concelhos limítrofes é um instrumento de suporte ao sistema de proteção civil para a gestão operacional em caso da ocorrência de um evento sísmico na região. O Plano classifica-se como especial, quanto à finalidade, e como supradistrital, quanto à área geográfica de abrangência.

O plano referencia as responsabilidades, modo de organização e conceito de operação das estruturas de proteção civil, e a forma como são mobilizados e coordenados os meios e os recursos indispensáveis na gestão do socorro.

- **Programa Sub-regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais da Área Metropolitana de Lisboa (PSA-AML)**

[Aviso n.º 17830/2024/2, de 19 de agosto]

O “Programa Sub-regional de Ação da Área Metropolitana de Lisboa” é um instrumento de programação do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais. Este programa de ação define sete áreas prioritárias de intervenção e prevenção, contempla diversas metas, e doze projetos-chave para a região. As sete áreas prioritárias de prevenção e segurança têm a seguinte localização: Parque Natural de Sintra-Cascais, Serra da Carregueira, Parque Natural da Arrábida, Matas Nacionais da Costa de Caparica e PF da Mata da Amieira, Tapada Nacional de Mafra e área envolvente, Mata Nacional da

Machada e área florestal Fernão Ferro e Apostiça. Estas áreas, que têm por base o mapa de perigosidade de incêndio rural produzido pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, correspondem às classes de perigosidade «alta» e «muito alta», estão sujeitas a medidas especiais de proteção, e perfazem um total de 12 569 hectares, dos cerca de 49 000 hectares com gestão de combustível efetiva existentes em toda a região.

- **Plano Estratégico para a Inovação da AML (2024)**

O Plano Estratégico de Inovação para a Área Metropolitana de Lisboa (2024) tem por âmbito nortear a atividade relacionada com a implementação e gestão da inovação na região. O robustecimento dessa capacidade constitui um enorme desafio que, alcançado, ajudará o território a ter uma maior qualidade de vida para viver, trabalhar e visitar e a ser mais atrativo para empreendedores e investidores, que possam contribuir para potenciar o crescimento económico e o desenvolvimento da região. Foram, nesse sentido, estabelecidos dois grandes objetivos: Objetivo 1 – Uma região global (desenvolvimento de um conjunto de outputs/inputs de inovação de “alto valor acrescentado”, de modo a garantir que o território seja propício ao desenvolvimento de dinâmicas inovadoras que, fomentando a atração e retenção de talentos e empreendedores, possa ser reconhecido, no exterior, como um território com qualidade de vida, ambiente favorável à criatividade, cocriação e geração de ideias); Objetivo 2 – Uma região coesa (contribuir para uma maior coesão interna, reforçando a capacitação institucional para modelos de governação mais flexíveis, participados e colaborativos, ativando estratégias de cooperação win-win que ditarão, de acordo com a vontade coletiva dos 18 municípios, a evolução dos processos de inovação no futuro da AML e da sua possível replicação no conjunto do território nacional, robustecendo, também a essa escala, a coesão do País).

- **Planos de Gestão de Risco de Inundações**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2024, de 22 de abril]

Os planos de gestão de risco de inundações consistem em planos setoriais que regulam a gestão dos riscos de cheias e inundações, tendo em vista fins de prevenção e proteção, atentas as características de cada bacia ou sub-bacia hidrográfica.

- **Lei de Bases da Habitação**

[Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro, DR n.º 168/2019, Série I de 2019-09-03]

A Lei de Bases da Habitação estabelece as bases do direito à habitação e as incumbências e tarefas fundamentais do Estado na efetiva garantia desse direito a todos os cidadãos, nos termos da Constituição da República Portuguesa. O Decreto-Lei n.º 89/2021, de 3 de novembro, veio regulamentar a LBH no que respeita à garantia de

alternativa habitacional, ao direito legal de preferência e à fiscalização de condições de habitabilidade no âmbito do arrendamento habitacional.

Dos **Instrumentos de âmbito Municipal**, destacam-se pela sua relevância para o REOT Cascais, os seguintes:

- **Plano Diretor Municipal de Cascais**

- **1º PDMCascais (1997)**

- Aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 96/97 e publicado no Diário da República n.º 139, 1ª série-B, de 19 de junho de 1997.

- **1.ª Revisão do PDMCascais (2015)**

- Publicada através do Aviso n.º 7212-B/2015, no Diário da República 2.ª série, n.º 124, de 29 de junho - Constitui um documento inovador que resultou de um trabalho de discussão e participação, pensado para promover as quatro dimensões da sustentabilidade: Social, Ambiental, Económica e da Boa Governação, promovendo uma abordagem sustentada sobre o território, que começa nas Pessoas, preservando a identidade e o património histórico-cultural e consolidando a estratégia que desenvolvida pelo Município de Cascais, projetando-o para o futuro. Após a Revisão em 2015, o PDM-Cascais sofreu as seguintes alterações:

- **1.ª Alteração (2017)**

- [DR n.º 62/2017, 2ª Série – Aviso n.º 3234/2017, de 28 de março de 2017]

- Alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal de Cascais; Transposição de Normas dos PEOT/Planos Especiais de Ordenamento do Território; Adaptação para compatibilização com o PNSC, POOC Sintra-Sado e POOC Cidadela- S. Julião da Barra.

- **Correções Materiais (2017)**

- [Aprovada DR n.º 110/2017, 2ª Série – Aviso n.º 6459/2017, de 7 de junho] - Correção Material do Plano Diretor Municipal de Cascais.

- Nulidade Parcial - [DR n.º 228/2019, 2ª Série - Aviso n.º 19004/2019, 27 de novembro]

- **2ª Alteração (2019)**

- [DR n.º 156/2019, 2ª Série – Aviso n.º 13041, de 16 de agosto]

- Declaração de Alteração por Adaptação, para compatibilização com o Programa da Orla Costeira Alcobaça-Cabo Espichel (POC-ACE).

- **3ª Alteração (2020)**

- [Publicada no Diário da República n.º 161/2020, 2ª Série, através do Aviso n.º 12064/2020, de 19 de agosto]

Alteração Pontual do PDM de Cascais.

- 4.ª Alteração (2023)

[Publicada no Diário da República n.º 204, 2ª série, através do Aviso n.º 20120/2023, de 20 de outubro]

Alteração para Adequação ao Novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

- Correções Materiais (2024)

[Publicada no Diário da República, 2.º série, n.º 145, através do Aviso n.º 15687/2024/2, de 29 de julho]

Correção de erros materiais do PDMCascais.

- **Planos de Pormenor (PP) em vigor:**

Apresenta-se em seguida a listagem dos Planos de Pormenor válidos e eficazes no concelho de Cascais:

- **Plano de Pormenor do Espaço de Estabelecimento Terciário do Arneiro**

[Aprovado em 24 de janeiro de 2011 pela Assembleia Municipal, foi publicado em D.R. 2.ª Série, n.º 70, aviso n.º 8688/2011, de 8 de abril.]

Área territorial pertencente às freguesias de S. Domingos de Rana e Carcavelos, com cerca de 9,30 hectares, que confronta a Norte com a Autoestrada A5, a Sul com terreno privado, a Poente com o Loteamento da Qta. dos Gafanhotos e a Nascente com a Ribeira de Sassoeiros. Constituem objetivos do Plano a concretização de um polo destinado a atividades terciárias, vocacionado predominantemente para comércio e serviços, a concretização do tramo sul da Via Oriental de Cascais (VOC) e salvaguarda do espaço canal para a implementação do corredor ecológico e a salvaguarda, valorização e recuperação ambiental e paisagística da Ribeira de Sassoeiros.

O Plano foi desenvolvido em parceria entre a CMC - representada pelo Departamento de Planeamento Estratégico (DPE), Divisão de Ordenamento do Território (DORT) - e a empresa APRIGIUS, Sociedade de Bens Imobiliários, S.A., de acordo com o protocolo celebrado a 20 de outubro de 2005. Foi ainda celebrado, a 17 de setembro de 2007, entre o Município e a "Aprigius, S.A." o Protocolo do Vale da Ribeira de Sassoeiros.

- **Plano de Pormenor do Espaço de Reestruturação Urbanística da Quinta do Barão**

[Aprovado em 6 de abril pela Assembleia Municipal, foi publicado em D.R. 2.ª Série, n.º 86, aviso n.º 9043/2009, de 5 maio. A alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal de Cascais foi publicada em D.R. 2.ª Série, n.º 6, edital n.º 17/2010, de 11 de janeiro]

Área com cerca de 17 ha, a Nordeste do centro histórico de Carcavelos, que compreende a unidade territorial conhecida como Quinta do Barão, uma antiga quinta senhorial de produção vinícola constituída por um solar e seus jardins, uma adega e pelos terrenos de lavoura.

Constituem objetivos do Plano a reformulação e definição da ocupação urbanística do território designado por Quinta do Barão em Carcavelos, bem como a Rua Dr. Baltazar Cabral e os prédios situados a Noroeste compreendidos entre esta e a Via Variante à Estrada Nacional 6 -7 e a Via Longitudinal Sul e ainda, o espaço de cedência para equipamento de utilização coletiva, resultante do Alvará de Loteamento n.º 1206.

Constituem objetivos gerais do plano o estabelecimento de um Parque Urbano linear compatível com a preservação da Reserva Ecológica Nacional e da Reserva Agrícola Nacional, a reabilitação e requalificação do conjunto edificado da Quinta do Barão, os remates urbanos de fecho das malhas existentes, o reperfilamento da Rua Dr. José Joaquim de Almeida, o restabelecimento e reperfilamento da Rua Dr. Baltazar Cabral e a construção do troço da ciclovia, que ligará a zona da Praia de Carcavelos ao Bairro de S. Miguel das Encostas, ao longo da Via Variante à Estrada Nacional 6 -7, dentro do perímetro do Plano e outro que constará do reperfilamento da Rua Dr. José Joaquim de Almeida. Para efeitos de concretização destes objetivos gerais, constituem-se objetivos específicos do Plano, a definição de uma área de produção vitivinícola com cerca de 5,0 hectares, no sentido de se constituir uma alegoria à produção do Vinho de Carcavelos, em Região Demarcada, a recuperação do Solar e anexos para Hotel tipo Resort, com uma zona de expansão a Sul, a recuperação da Adega e respetivos anexos para Museu da Vinha e do Vinho, a constituição de mais dois lotes destinados à edificação urbana, a construção da sede da Associação das Guias de Portugal — Companhia de Guias de Carcavelos e da Associação dos Escoteiros de Portugal — Grupo 16 e a reformulação das acessibilidades viárias e pedonais.

O Plano foi desenvolvido em parceria entre a CMC - representada pelo Departamento de Planeamento Estratégico (DPE), Divisão de Ordenamento do Território (DORT) - e a empresa Raul Ferreira e Filho, Lda., de acordo com os protocolos celebrados a 26 de fevereiro de 2004 e a 2 de maio de 2005, alterado a 12 de abril de 2006.

- **Plano de Pormenor do Espaço Terciário de Sassoeiros Norte**

[Aprovado em 24 de janeiro de 2011 pela Assembleia Municipal, foi publicado em Diário da República (DR), 2.ª Série, n.º 74, aviso n.º 9057/2011, de 14 de abril.]

Área de território pertencente à freguesia de Carcavelos, com aproximadamente 1,50ha, situada entre o Bairro Casal dos Grilos, a Norte e a Quinta das Encostas, a Sul, sendo ladeada a Poente pela Via Variante à EN 6-7, e a Nascente por um caminho público marginal à Ribeira de Sassoeiros. Constituem objetivos do Plano a Constituição de um polo de serviços, implementação da rotunda de início da Via Oriental do Concelho (VOC), importante infraestrutura rodoviária ao nível regional, a qual irá articular diversas zonas, em conjunto com a restante rede viária estruturante concelhia (a Sul e Norte dos limites do plano), e com os concelhos limítrofes e valorização da área classificada como Reserva Ecológica Nacional e da Ribeira de Sassoeiros.

O Plano foi desenvolvido em parceria entre a CMC - representada pelo Departamento de Planeamento Estratégico (DPE), Divisão de Ordenamento do Território (DORT) - e a empresa APRIGIUS, Sociedade de Bens Imobiliários, S.A., de acordo com o protocolo celebrado a 5 de julho de 2007. Foi ainda celebrado, a 17 de setembro de 2007, entre o Município e a "Aprigius, S.A." o Protocolo do Vale da Ribeira de Sassoeiros.

- **Plano de Pormenor para a Instalação da Sede Nacional da Brisa - Autoestradas de Portugal, S.A.**

[Aviso n.º 30070/2008, no Diário da República, n.º 245, Série II, de 19 de dezembro]
Plano de Pormenor para a Instalação da Sede Nacional da Brisa-Autoestrada de Portugal

[Aprovado em 10 de novembro de 2008 pela Assembleia Municipal, foi publicado em D.R. 2.ª Série, n.º 245, aviso n.º 30070/2008, de 19 de dezembro. A alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal de Cascais foi publicada em D.R. 2.ª Série, n.º 205, edital n.º 1058/2009, de 22 de outubro.]

Área territorial, com cerca de 3,00 ha, que compreende a Sul as atuais instalações da BRISA e a Norte uma área desocupada, que confronta com a via projetada Variante à Estrada da Mata da Torre.

Constituem objetivos do plano a definição das condições para a ampliação do edifício da Sede Nacional da BRISA, a concretização da alteração do Plano Diretor Municipal de Cascais (PDM), observando o índice de utilização ponderado nele estabelecido e configurando a alteração de uso, a alteração da morfologia de construção e o prolongamento das características do espaço de equipamento a Sul, a adequação da ocupação urbana à solução viária de articulação entre a EN 249-4, a Via Variante à Estrada da Mata da Torre e a Rotunda do Cemitério de São Domingos de Rana e a requalificação urbanística da zona com o aumento da oferta de terciário no concelho através da implementação de um edifício de referência no que se refere à qualidade da imagem arquitetónica e do volume edificado.

O plano foi desenvolvido em parceria entre a CMC - representada pelo Departamento de Planeamento do Território (DPT), Divisão de Ordenamento do Território (DORT) - e BRISA Autoestradas de Portugal, SA., de acordo com o protocolo celebrado a 4 de março de 2004.

- **Plano de Pormenor para Reestruturação Urbanística dos Terrenos do Hotel Estoril-Sol e Área Envolvente**

[Resolução de Conselho de Ministros n.º 144/2006, publicada no D.R. 1.ª Série, n.º 210, de 31 de outubro. A alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal de Cascais foi publicada no D.R. 2.ª Série, n.º 49, aviso n.º 7147/2008, de 10 de março]

A área de intervenção do plano compreende a parcela anteriormente ocupada pelo Hotel Estoril-Sol, área envolvente e respetivos acessos a sul, bem como o espaço público contíguo à entrada do Parque Palmela. O Plano visa a reformulação e definição da ocupação urbanística do território designado por terrenos do Hotel Estoril-Sol e área envolvente, em Cascais.

Constituem objetivos do plano a Revalorização territorial da entrada de Cascais, estabelecendo para o efeito elevados padrões de qualidade urbanística, arquitetónica e ambiental, a regeneração urbana da área de intervenção e o restabelecimento da relação do Parque Palmela com a vila de Cascais.

O plano foi elaborado em parceria entre a CMC - representada pelo Departamento de Planeamento Estratégico (DPE), Divisão de Ordenamento do Território (DORT) - e a Estoril-Sol –SGPS, SA, de acordo com o protocolo assinado entre as partes, nos termos da proposta n.º 406/2004, aprovada em reunião pública de Câmara de 19 de abril de 2004.

- **Plano de Pormenor do Espaço de Reestruturação Urbanística de Carcavelos Sul**

[Aprovado em 27 de maio de 2014 pela Assembleia Municipal, e publicado no Diário da República n.º 124, 2.ª Série, Aviso n.º 7633/2014, de 1 de julho. Foi publicada a correção material do Regulamento do plano no Diário da República n.º 24, 2.ª Série, Aviso n.º 1282/2015, de 4 de fevereiro].

Constitui uma área territorial, com cerca de 54,00ha, delimitada, a norte pela Av. Tenente-Coronel Melo Antunes, a nascente pelas urbanizações do bairro de Lombos Sul e da Quinta de S. Gonçalo, a sul pela Av. Marginal e a poente pela Av. Jorge V. Constituem objetivos do plano a reestruturação urbanística do território, a implementação de um Parque Urbano de dimensão relevante e estruturador, a preservação e valorização do conjunto edificado da Quinta dos Ingleses, a instalação de um empreendimento multifuncional que contemple os usos habitacional, de comércio, de serviços, hoteleiro e outros, a implantação de equipamentos de utilização coletiva (Escola EB1 (Pré-escolar + 1.º Ciclo), campo de jogos com bancadas, campo de jogos sem bancadas, centro paroquial com centro

de dia, centro de treino gímico, equipamento cultural e ninho de Empresas), a regularização da situação administrativa da EN 6-7 e a instalação do estacionamento de apoio à praia.

O Plano foi desenvolvido em parceria entre a CMC – representada pelo Departamento de Planeamento e Comparticipações (DPC), Divisão de Ordenamento e Planeamento do Território (DORT) – e a Alves Ribeiro, S.A, de acordo com o protocolo celebrado a 7 de março de 2006, alterado a 13 de novembro de 2008.

- **Plano de Pormenor de Alvide - Gaveto da Rua de Alvide com a Rua de Catarina Eufémia**

[Portaria n.º 242/94, no Diário da República n.º 90, Série I -B, de 18 de abril]

- **Plano Pormenor da Avenida da Venezuela, Cascais**

[Portaria n.º 406/97, no Diário da República, n.º 142, Série I -B, de 23 de junho]

O Plano de Pormenor da Avenida da Venezuela, no município de Cascais, abrange um terreno sito entre Monte Estoril e Cascais, inclui disposições sobre a ocupação e uso do solo nas áreas destinadas a habitação e nas áreas destinadas a zonas verdes privadas e zonas abrangidas por condicionantes.

- **Plano de Pormenor do Monte Estoril - Avenida do Faial/Rua dos Açores**

[Portaria n.º 1055/94, no Diário da República, n.º 278, Série I -B, de 2 de dezembro]

Área territorial situada no Monte do Estoril, pertencente à União de Freguesias de Cascais e Estoril, com cerca de 1.503,384 m², que confronta a Norte com propriedade privada, a Sul com a Rua dos Açores, a Poente com propriedade privada, e a Nascente com Avenida do Faial. Constituem objetivos do plano a definição das condições para a construção de edifício de habitação coletiva no lote de terreno constante neste plano e a adequação da ocupação urbana à zona envolvente. O Plano foi desenvolvido pelos Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Cascais.

- **Plano de Pormenor do terreno compreendido entre a Rua de Espinho e a Av. São Pedro, no Monte Estoril**

[Declaração n.º 26-1-90, no Diário da República, n.º 39, Série II, de 15 de fevereiro]

- **Plano de Pormenor da Residência de 3.ª Idade – Apartamentos Rei Carol**

[Portaria n.º 681/93, no Diário da República, n.º 169, Série I -B, de 21 de julho]

- **Plano de Pormenor da Galiza**

[Portaria n.º 89/97, no Diário da República, n.º 30, Série I -B, de 5 de fevereiro]

Área territorial situada na Galiza, pertencente à União de Freguesias de Cascais e Estoril, com cerca de 4.440,562 m², que confronta a Norte com propriedade privada e Rua General Manuel Diogo Neto, a Sul com propriedade privada e Rua General Manuel Diogo Neto, a Poente com Rua Mestre da Aviz, e a Nascente com ribeira de Bicesse. Constituem objetivos do plano a definição das condições para a construção de habitação plurifamiliar na área constante neste plano (cada unidade de habitação

desenvolver-se-á com cerca de 4 pisos, e número de fogos variável, de acordo com posterior desenvolvimento dos projetos de arquitetura] e a adequação da ocupação urbana à zona envolvente.

O Plano foi desenvolvido pelos Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Cascais.

- **Plano de Pormenor de um terreno designado "Mação", em S. Domingos de Rana**

[Portaria n.º 175/94, no Diário da República, n.º 73, Série I -B, de 28 de março]

- **Plano de Pormenor da Villa Romana de Freiria**

[Aprovado em 24 de junho de 2010 pela Assembleia Municipal, foi publicado em D. R., 2ª Série, n.º 157, pelo Aviso n.º 16203/2010, de 13 de agosto.]

Área territorial pertencente à freguesia de São Domingos de Rana, com cerca de 585.960,609 m², que confronta a Norte com Caminho Municipal n.º 1338, que articula Abóboda a Polima, e pela povoação de Polima, a Sul com a Estrada Municipal n.º 584 e a povoação de Outeiro de Polima, a Poente com a zona industrial da Abóboda, e a Nascente com propriedades privadas. Constituem objetivos do plano a reestruturação urbanística, com consolidação e integração formal de área urbana de génese ilegal, proceder ao enquadramento das atuações urbanísticas destinadas à valorização do sítio arqueológico da Villa Romana de Freiria, desenvolver um novo estabelecimento habitacional e de serviços, implementar uma estrutura de enquadramento paisagístico com integração do sistema hídrico natural existente, proceder à execução de sistemas gerais e específicos de suporte infraestrutural e garantir a implementação das atuações programadas, em observância das referências estabelecidas no Programa de Execução. O Plano foi desenvolvido pela CMC, no Departamento de Requalificação Urbana, em parceria e coordenação de JOSÉ ALVES BICHO, ARQUITECTOS LDA.

- **Plano de Pormenor da Área Envolvente a St. Dominic's**

[Declaração n.º 172/2000, no Diário da República n.º 131, Série II, de 6 de junho, alterado pela Declaração n.º 18/2001, no Diário da República n.º 10, Série II, de 12 de janeiro]

Constituem objetivos do plano estabelecer as regras a que deve obedecer a ocupação, uso e transformação do território na área de intervenção e definir as normas gerais de gestão urbanística a utilizar na execução do plano.

No âmbito do Plano de pormenor de St. Dominic's foi celebrado Protocolo com a GRISA, S. A., decorrente da aprovação do Plano.

- **Plano de Pormenor da Guia**

[Portaria n.º 665/93, Série I -B, de 14 de julho, alterado por retificação, através da Portaria n.º 446/97, de 7 de julho]

- **Plano de Pormenor da Quinta da Alagoa de Cima**

[Portaria n.º 211/96, no Diário da República, n.º 135, Série I -B, de 12 de junho]

PLANOS DE PORMENOR (PP) REVOGADOS (em 2017):

- **Plano de Pormenor da Alapraia**
(não existe informação na pág. Web CMC)
- **Plano Pormenor da Areia:**
Deliberação de Elaboração 26 abril 2006 | Revogação 19 junho 2017 – Proposta RC nº 493/2017
- **Plano Pormenor da Biscaia e Figueira do Guincho:**
Deliberação de Elaboração 26 abril 2006 | Revogação 19 junho 2017 – Proposta RC nº 496/2017
- **Plano Pormenor da Boca do Inferno:**
Deliberação de Elaboração 27 outubro 2003 | Revogação 19 junho 2017 – Proposta RC nº 504/2017
- **Plano Pormenor da Charneca:**
Deliberação de Elaboração 16 abril 2006 | Revogação 19 junho 2017 – Proposta RC nº 499/2017
- **Plano Pormenor da Malveira da Serra e Janes:**
Deliberação de Elaboração 26 abril 2006 | Revogação 19 junho 2017 – Proposta RC nº 501/2017
- **Plano Pormenor de Alcabideche:**
Deliberação de Elaboração 26 abril 2006 | Revogação 19 junho 2017 – Proposta RC nº 491/2017
- **Plano Pormenor de Alcorvim de Baixo e Alcorvim de Cima:**
Deliberação de Elaboração 26 abril 2006 | Revogação 19 junho 2017 – Proposta RC nº 492/2017
- **Plano Pormenor de Atrozela:**
Deliberação de Elaboração 17 dezembro 2008 | Revogação 19 junho 2017 – Proposta RC nº 494/2017
- **Plano Pormenor de Murches:**
Deliberação de Elaboração 25 fevereiro 2009 | Revogação 19 junho 2017 – Proposta RC nº 502/2017
- **Plano Pormenor do Autódromo:**
Deliberação de Elaboração 17 dezembro 2008 | Revogação 19 junho 2017 – Proposta RC nº 495/2017
- **Plano Pormenor do Cabreiro:**
Deliberação de Elaboração 26 abril 2006 | Revogação 19 junho 2017 – Proposta RC nº 497/2017
- **Plano Pormenor do Zambujeiro:**

Deliberação de Elaboração 25 fevereiro 2009 | Revogação 19 junho 2017 – Proposta RC nº 503/2017

- **Revogação de Deliberação sobre o Plano Pormenor do Zambujeiro Quadrado, Plano Pormenor do Vizo e o Plano Geral de Urbanização do Arneiro:**

[Deliberação de Elaboração 27 abril 1995 e Deliberação de Elaboração 12 fevereiro de 1996 | Revogação 22 dezembro 2014 - Proposta RC nº 1227/2014 [Com efeitos a 19 junho 1997, data da entrada em vigor do PDM 1997].

- **Plano Estratégico de Cascais face às Alterações Climáticas (PECAC).**

[Aviso n.º 18829/2022 – DR 189/2022, II Série, de 29 de setembro – Aprova o Regulamento que estabelece a natureza, composição, competências e o funcionamento do Conselho Municipal da Ação Climática de Cascais (CMACC)].

O PECAC é o resultado de um estudo multisectorial que pretendeu caracterizar os impactos e as oportunidades a nível municipal para o planeamento e a decisão em casos concretos, colocando as alterações climáticas nos planos, políticas e medidas de ação da CMC. Compreende os cenários socioeconómicos e climáticos para o concelho, os principais impactos esperados nos sectores mais vulneráveis e as possíveis estratégias de ação para lidar com as alterações climáticas. As respostas às alterações climáticas a nível local devem ser operacionalizadas procurando formas de colocar em práticas as estratégias de mitigação e adaptação delineadas, isto é, estratégias para impedir o aumento da concentração atmosférica de Gases com Efeito de Estufa por meio da redução das emissões e do desenvolvimento de sumidouros potenciais para aqueles gases e procurando minimizar os efeitos negativos das alterações climáticas e potenciar os positivos.

Ao nível das medidas de mitigação assume-se prioritário: Reduzir o consumo de combustíveis fósseis; Substituir combustíveis fósseis por outros com menores emissões; Estimular as energias renováveis; Estimular a eficiência energética, seja usando melhores tecnologias, seja reduzindo as necessidades de energia; Redução das emissões de outros GEE; Sequestro de Carbono, aumentando o conteúdo orgânico dos solos, recorrendo a técnicas de gestão de pastagens ou aumentando o coberto florestal, designadamente a área de floresta.

Relativamente às medidas de adaptação, apresentam-se em seguida por ordem decrescente de prioridade: Operacionalização do Plano de combate a fogos; Reabilitação das Ribeiras e Galerias Ripícolas associadas; Melhoria do uso eficiente da água (tipo de rega e hora da rega) e reduzir desperdícios (manutenção); Assegurar a redução de descargas de poluentes pontuais sobre o meio hídrico; Eliminação dos focos de poluição dos corpos de água; Sensibilização dos vários agentes; Diminuição das

perdas de água na distribuição; Desenho de programas de uso eficiente da água; Produção e promoção de produtos regionais; Impedir a realização de construções fixas na faixa de terreno adjacente à crista das arribas; Proteção contra a erosão; Criação de novos bosques; Criar alternativas de fornecimento de água (ex.: retenção de água pluvial e Reflorestação com espécies nativas e assegurar a redução de descargas de poluentes difusos sobre o meio hídrico.

- **Plano de Ação para a Adaptação às Alterações Climática – Cascais 2030 (PA3C2)**

O Plano de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas de Cascais (PA3C2) foi o primeiro plano de ação municipal para a adaptação às alterações climáticas em Portugal e resulta de um processo de planeamento estratégico e investigação científica do município que culminou na definição de 13 medidas de adaptação concretas a implementar no seu território para aumentar a resiliência aos impactes das alterações climáticas. O Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (PAAAC), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2019, de 02 de agosto, veio estabelecer um conjunto de linhas de ação nacional que visam dar respostas de adaptação às alterações climáticas, sendo uma dessas linhas o desenvolvimento de ferramentas de suporte à decisão, de ações de capacitação e sensibilização. O envolvimento da sociedade civil é fundamental para a implementação do PA3C2 e do PAAAC reforçando um modelo de governança mais participativo e inclusivo, que permita um diálogo contínuo entre os principais agentes responsáveis pela implementação das medidas, os cidadãos e as comunidades locais, garantindo uma articulação eficiente das várias ações.

- **Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU-Cascais)**

Resultou do Acordo de Parceria Portugal 2020 e dos Programas Operacionais (PO), que os Municípios que correspondem a centros urbanos de nível superior ou Autoridades Urbanas poderiam apresentar um Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano – PEDU. Ao abrigo do Lisboa2020 e de acordo com o Aviso de convite EIDT-99-2015-03, foi elaborado o PEDU-Cascais - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Cascais, que permitiu o enquadramento das candidaturas a financiamento comunitário, das ações estruturadas e integradas, que promovem a reabilitação e requalificação efetiva do território, e que constituem uma oportunidade relevante para o Município de Cascais. O PEDU Cascais viria a ser aprovado a 13 de maio de 2016 pela Autoridade de Gestão do Lisboa 2020 e contratualizado com o Município de Cascais a 31 de maio de 2016, com um investimento total elegível de 7.593.118,00€ (comparticipação de 50% - 3.796.559,00€).

É constituído por três Planos Setoriais de âmbito municipal ajustados às prioridades de investimento elegíveis nos contextos da mobilidade urbana sustentável (P.I. 4.5), da

regeneração urbana (P.I. 6.5) e da regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas (P.I. 9.8), integram o PEDU Cascais:

O PAMUS - Plano de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável; o PARU - Plano de Ação para a Regeneração Urbana e o PAICD - Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas.

- **Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Cascais (PMEPCC)**

[Aviso n.º 28049/2024/2, de 12 de dezembro]

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Cascais (PMEPCC) constitui um instrumento flexível e dinâmico, sujeito permanentemente a atualizações, com o objetivo de fazer face à generalidade das emergências, passíveis de ocorrer e afetar o Município de Cascais. A finalidade deste documento, destina-se à garantia da articulação e coordenação dos diversos Agentes de Proteção Civil (APC), entidades e organismos de apoio envolvidos nas operações de proteção e socorro e possibilitando a coordenação técnica e operacional, dos meios a empenhar e da adoção de medidas de caráter excecional na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe.

- **Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios 2020/2029 (PMDFCI)**

[Aviso 19468/2020, de 26 de novembro]

Este plano foi elaborado nos termos do Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios, estabelecido pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de maio, tendo igualmente considerado as medidas e ações previstas no Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho e, entretanto, revogado pelo Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de Outubro), bem como o Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, homologado pelo Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro, subsequentemente alterado pelo Despacho n.º 1222-B/2018, de 2 de fevereiro - contemplando, de igual modo, a previsão integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios.

É um instrumento de planeamento e possui um carácter dinâmico e evolutivo, adaptado à realidade local e visa operacionalizar as ações necessárias à defesa da floresta contra incêndios.

Para além das ações de prevenção, inclui ainda a previsão integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios. O PMDFCI encontra-se organizado em três cadernos: Caderno I - Diagnóstico (informação de base); Caderno II - Plano de ação e Caderno III - Plano operacional municipal (POM), de natureza reservada, por motivos de proteção de dados.

- **Estratégia Local de Habitação do Município de Cascais**

[Aprovada através da Proposta n.º 29/2022, de 11 de janeiro, alterada através da Proposta n.º 289/2022, de 5 de abril, e atualizada através da Proposta n.º 1203/2023, de 24 de outubro; será materializada com a publicação da Carta Municipal de Habitação, que se encontra em elaboração]

A Estratégia Local de Habitação do Município de Cascais tem três objetivos estratégicos principais: garantir o acesso de todos a habitação; promover a coesão socio-territorial e a preservação da identidade urbanística; agilizar as políticas públicas de habitação, promovendo uma administração aberta e um acompanhamento atento, mobilizadora de um conjunto muito alargado de agentes e com capacidade de influência de outros níveis de intervenção.

Dos principais desafios identificados, para além do elevado número de pedidos de habitação social, destaca-se a questão da acessibilidade financeira à habitação por parte de muitos segmentos da população do Município, aliada às questões da sustentabilidade, do desenvolvimento comunitário, cidadania e inovação.

OUTROS PLANOS, PROGRAMAS RELEVANTES PARA O REOT CASCAIS:

Foram listados alguns documentos que foram considerados no desenvolvimento do REOT Cascais pela importância referencial para o município, entre os quais:

- **Estratégia para o Turismo 2027**

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2017, de 27 de setembro]

Assume-se como o referencial estratégico para o Turismo em Portugal, configurando um instrumento determinante para a promoção da coesão territorial e para a criação de emprego e de riqueza. A ET27 consubstancia uma visão de longo prazo, que se compagina com ações concretas no curto prazo, permitindo, deste modo, atuar com maior sentido estratégico no presente e, simultaneamente, enquadrar o futuro. Liderar o turismo do futuro é o mote desta estratégia, focada nas Pessoas, que: define uma visão (afirmar o turismo como hub para o desenvolvimento económico, social e ambiental em todo o território, posicionando Portugal como um dos destinos turísticos mais competitivos e sustentáveis do mundo); estabelece prioridades (definindo cinco eixos estratégicos: Valorizar o território; Impulsionar a economia; Potenciar o conhecimento; Gerar redes e conectividade; Projetar Portugal, e atingir metas de sustentabilidade económica, social e ambiental, tendo como enfoque 10 ativos estratégicos do turismo nacional: Pessoas; Clima e Luz; História e Cultura; Mar; Natureza; Água; Gastronomia e Vinhos; Eventos artístico-culturais, desportivos e de negócios; Bem-estar; Living – viver em Portugal. Ao nível municipal e no âmbito das tipologias de projetos prioritários

identificados, uma das linhas de atuação que se destaca no quadro da valorização do território de Cascais é a afirmação do Turismo na Economia do Mar.

- **Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC)**

[RCM n.º 190-A/2017, de 11 de dezembro, alterada pela RCM nº 108/2029, de 2 de julho]

Assenta na prevenção, redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia, substituindo o conceito de “fim-de-vida” da economia linear por novos fluxos circulares de reutilização, restauração e renovação, num processo integrado. Constituem ações macro do Plano: Ação 1 (Desenhar, Reparar, Reutilizar: uma responsabilidade alargada do produtor); Ação 2 (Incentivar um mercado circular); Ação 3 (Educar para a economia circular); Ação 4 (Alimentar sem sobrar: produção sustentável); Ação 5 (Nova vida aos resíduos) e Ação 6 (Regenerar recursos: água e nutrientes) - procurando “o desenvolvimento de novos produtos e serviços economicamente viáveis e ecologicamente eficientes, radicados em ciclos idealmente perpétuos de reconversão a montante e a jusante”, esperando-se como resultados: a minimização da extração de recursos, a maximização da reutilização, aumento da eficiência e desenvolvimento de novos modelos de negócios” - que devem ser adaptadas às especificidades socioeconómicas da região de Cascais.

- **Cascais 2030**

[<https://www.cascais.pt/cascais2030>]

A agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotado pelos Estados Membros da Nações Unidas a 25 de setembro de 2015, definiu as prioridades e aspirações do Desenvolvimento Sustentável global para 2030, mobilizando esforços à volta de um conjunto de objetivos e metas comuns. No âmbito municipal, o Município de Cascais comprometeu-se com os princípios das Nações Unidas e trabalhar para a realização dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), na elaboração de uma Estratégia Local, catalisadora da mudança que consiga vincular as comunidades locais com as metas globais.

Tomando como ponto de partida, o primeiro REOT, como que uma orientação base para uma Estratégia para um Desenvolvimento Sustentável, vem o presente relatório indicar novas estratégias que se julgam mais adaptadas à realidade atual do território de Cascais e que indicam desafios mais eficazes e exequíveis, de modo a contribuir para a concretização das metas estabelecidas pela União Europeia.

Tendo em consideração as características, o tipo de intervenção e as linhas políticas traçadas pelas Nações Unidas, o REOT visa alcançar o número máximo de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) possíveis, direta ou indiretamente, nomeadamente os seguintes:



Divididos em 17 tópicos, os ODS estão fundamentados em **5Ps**:

Pessoas: Acabar com a pobreza e a fome no mundo

Planeta: Compromisso com a preservação ambiental, através do consumo e produção sustentáveis e gestão sustentável dos recursos naturais

Prosperidade: Garantir a realização pessoal de todos, contribuindo para o progresso económico, tecnológico e social em harmonia com os ecossistemas

Paz: Promoção de sociedades pacíficas, inclusivas e justas

Para além dos indicadores de referência utilizados no Portal ODS Local, abertos a todos os municípios que aderem à Plataforma, a autarquia de Cascais debruçou-se sobre a construção de indicadores específicos (nomeadamente a partir das fontes de informação estatística, territorial e de gestão produzida pelo próprio município), e que possam simultaneamente contribuir para a avaliação do progresso face aos ODS e também para a monitorização e avaliação dos seus instrumentos de política local, nomeadamente para o Relatório de Estado do Ordenamento do Território (REOT) – conforme consta do: **“RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (REOT) CASCAIS / FASE I CONSTRUÇÃO DA MATRIZ DE INDICADORES - DEZ| 2015”**.

Anexo III – Preâmbulo Aviso 3234_2017

Importa fazer a transcrição do preâmbulo do referido Aviso, pois contextualiza as circunstâncias que envolveram a incorporação dos Planos Especiais do Ordenamento do Território (PEOT) no PDM.

[“A 1ª alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal de Cascais (PDM Cascais) visa dar cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 78.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio (Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo - LBPSOTU), de acordo com o qual o conteúdo dos planos especiais de ordenamento do território (PEOT) em vigor deve ser vertido nos planos municipais aplicáveis à área abrangida pelos planos especiais, no prazo máximo de três anos a contar da data da entrada em vigor da LBPSOTU ou seja, até 29 de junho de 2017.

Dado que existiam três planos especiais que incidem sobre a área do concelho de Cascais - Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais (POPNSC), Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sintra-Sado (POOC-SS) e Plano de Ordenamento da Orla Costeira Cidadela - Forte de S. Julião da Barra (POOC-CSJB) - a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 78.º da LBPSOTU e dentro do prazo legal de um ano que dispunha para o efeito, procedeu à identificação das normas desses planos diretamente vinculativas dos particulares a serem integradas no PDM Cascais, tendo a Câmara Municipal de Cascais (CMC), subsequentemente, dado início formal ao processo de transposição.

Em termos procedimentais, e dada a ausência de indicações nesta matéria por parte da LBPSOTU, optou-se pelo processo de alteração por adaptação, por ser esse o que mais garantias daria para o escrupuloso cumprimento do prazo legal de transposição de 29 de junho de 2017. Não obstante este tipo de alteração obedecer a uma tramitação simplificada, foi entendimento da CMC promover voluntária e adicionalmente a participação dos interessados - quer no início do procedimento, através de uma fase de participação preventiva, quer no fim do procedimento, através de uma fase de auscultação pública - para que quem quisesse prestasse o seu contributo no processo. Simultaneamente, a CMC promoveu também ao longo de todo o procedimento um trabalho de concertação com as entidades envolvidas - a CCDR-LVT, o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF) e a Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA) - plenamente justificadas dadas a novidade e complexidade que caracterizavam o processo de transposição de normas dos PEOT.

Em termos substantivos, a presente alteração por adaptação do PDM Cascais teve por base primordial de trabalho as «Fichas de Identificação das Normas dos PEOT a transpor para PMOT» enviadas pela CCDR-LVT à CMC, em junho de 2015. Com efeito, a metodologia adotada na proposta de transposição passou essencialmente e em primeiro lugar por

acolher de perto a relação vinculativa de normas identificada pela CCDR-LVT assim como concretizar a proposta da CMC de conversão das áreas do PNSC a desenvolver através de plano de pormenor e das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) dos POOC em SUB-UOPG do PDM, proposta esta que foi acolhida pelas entidades envolvidas (CCDR-LVT, ICNF e APA).

Do exercício realizado, em conjunto com uma análise crítica quanto à atualidade de algumas das normas dos PEOT face a diversas alterações legislativas ocorridas desde a data da sua aprovação e entrada em vigor, resultou uma proposta de transposição que respeita, no essencial, o referido documento vinculativo da CCDR-LVT e que adota algumas alterações face ao mesmo que foram aceites a título de ajustamentos. Ao nível da transposição cartográfica das plantas síntese dos PEOT para o PDM Cascais, e por indicação das respetivas entidades responsáveis (ICNF e APA), não foi realizado o necessário ajustamento à Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), tendo daí resultado determinadas incongruências nas peças desenhadas em relação às quais a CMC se viu impossibilitada de colmatar.

De realçar ainda que a incorporação das normas dos PEOT no PDM Cascais que agora se concretiza não teve por objetivo promover qualquer alteração substantiva face às soluções que já decorriam da aplicação integrada nas normas do PDM Cascais resultantes da revisão de 2015 e das normas dos PEOT em vigor. Em razão disso, foi introduzida uma norma no PDM Cascais para salvaguarda de qualquer divergência interpretativa de acordo com a qual, em caso de concorrência de normas que digam especificamente respeito às áreas do PNSC, do POOC Sintra-Sado e do POOC Cidadela - Forte de São Julião da Barra, entre si, ou entre estas e as restantes normas do regulamento do PDM, prevalecerão as que contenham uma disciplina mais restritiva."].

Anexo IV - Avaliação do Programa de execução - Alteração

Unidade Orgânica	Unidade Orgânica correspondente	ID da Ficha Descritiva da Ação	DESIGNAÇÃO DA AÇÃO	Total Investimento	Prioridade (1 a 4)	SIM	Não	Em curso	Sem inf. / não obtivemos resposta
(ROSM 2014)	(ROSM 2024)								
DPC	DPE	1_1	Monitorização do estado do ordenamento do território - PDM	100 000,00	1			X	
DPC	DPE	1_2	Monitorização ambiental do PDM	100 000,00	1			X	
DPC	DPE	1_3	Monitorização ambiental dos PP's eficazes	150 000,00	1			X	
DPC	DPE	1_4	Da execução do plano de pormenor do espaço de reestruturação urbanística de Carcavelos Sul - Regularização da Ribeira de Sassoeiros	211 960,00	1	X			
DPC	DPE	1_5	Da execução do plano de pormenor do espaço de reestruturação urbanística de Carcavelos Sul - Estacionamento de apoio à praia	2 648 294,00	1	X			
DPC	DPE	1_6	Da execução do plano de pormenor do espaço de reestruturação urbanística de Carcavelos Sul - Parque urbano	4 362 170,00	1	X			
DPC	DPE	1_7	Da execução do plano de pormenor do espaço de reestruturação urbanística de Carcavelos Sul - Parque Infantil	158 000,00	1	X			
DPC	DPE	1_8	Da execução do plano de pormenor do espaço de reestruturação urbanística de Carcavelos Sul - Equipamento Social (Centro Paroquial + Centro de Dia)	1 961 159,50	1		X		
DPC	DPE	1_9	Da execução do plano de pormenor do espaço de reestruturação urbanística de Carcavelos Sul - Equipamento Educativo (EB1+JI)	3 661 737,50	1		X		
DPC	DPE	1_10	Da execução do plano de pormenor do espaço de reestruturação urbanística de Carcavelos Sul - Equipamento Cultural	341 126,00	1		X		
DPC	DPE	1_11	Da execução do plano de pormenor do espaço de reestruturação urbanística de Carcavelos Sul - Equipamento Desportivo (Centro Gimnodesportivo)	2 259 977,50	1	X			
DPC	DPE	1_12	Da execução do plano de pormenor do espaço de reestruturação urbanística de Carcavelos Sul - Equipamento Desportivo (Parque de Skate)	204 076,00	1	X			
DPC	DPE	1_13	Da execução do plano de pormenor do espaço de reestruturação urbanística de Carcavelos Sul - Equipamento Desportivo (campos de jogos)	1 521 018,50	1	X			
DPC	DPE	1_14	Da execução do plano de pormenor do espaço de reestruturação urbanística de Carcavelos Sul - Serviço de apoio ao TPSP	86 150,00	1		X		
DPC	DPE	1_15	Da execução do plano de pormenor do espaço de reestruturação urbanística de Carcavelos Sul - Ninho de empresas	1 406 546,00	1		X		
DPC	DPE	1_16	Da execução do plano de pormenor do espaço de estabelecimento terciário do Arneiro - Equipamento Público	3 231 062,50	1		X		
DPC	DPE	1_17	Da execução do plano de pormenor do espaço de estabelecimento terciário do Arneiro - Valorização e reabilitação da ribeira de Sassoeiros	1 129 000,00	1		X		
DPC	DPE	1_18	Da execução do plano de pormenor do espaço de estabelecimento terciário do Arneiro - Projeto de execução e realização da VOC (troços A, B e C)	5 093 386,00	1		X		
DPC	DPE	1_19	Da execução do plano de pormenor do espaço de reestruturação urbanística da Quinta do Barão - Via Ciclável	404 197,00	1			X	
DPC	DPE	1_20	Da execução do plano de pormenor do espaço de reestruturação urbanística da Quinta do Barão - Museu da Vinha e do Vinho	1 520 897,50	1			X	
DPC	DPE	1_21	Da execução do plano de pormenor do espaço de reestruturação urbanística da Quinta do Barão - Construção das sedes dos escoteiros e das guias de carcavelos	873 892,50	1			X	
DPC	DPE	1_22	Da execução do plano de pormenor do espaço de reestruturação urbanística da Quinta do Barão - Obra hidráulica da ribeira de Sassoeiros	209 900,00	1			X	
DPC	DPE	1_23	Zona de Conflito 3 - Av. Eng- Adelino Amaro da Costa	56 864,00	1				X
DPC	DPE	1_24	Zona de Conflito 5 - 3.ª Circular - Redução da Velocidade de Circulação	40 960,00	1				X
DPC	DPE	1_25	Zona de Conflito 13 - Av. Bombeiros Voluntários do Estoril - Repavimentação	54 400,00	1				X
DPC	DPE	1_26	Zona de conflito 18 - EM 589 Manique - Repavimentação	58 600,00	1				X
DPC	DPE	1_27	Zona de Conflito 21 - EM579 Abóboda - Redução da Velocidade de circulação e repavimentação	5 700,00	1				X
DPC	DPE	1_28	Zona de Conflito 24 - EN249-4 Tires - Redução da velocidade de circulação e repavimentação	49 200,00	1				X
DPC	DPE	1_29	Zona de Conflito 29 - Avenida D.Pedro I - Repavimentação	40 000,00	1				X

Unidade Orgânica	Unidade Orgânica correspondente	ID da Ficha Descritiva da Ação	DESIGNAÇÃO DA AÇÃO	Total Investimento	Prioridade (1 a 4)	SIM	Não	Em curso	Sem inf. / não obtivemos resposta
(ROSM 2014)	(ROSM 2024)								
DPC	DPE	1_30	Plano de Monitorização de Ruído do Concelho de Cascais	60 000,00	1	X			
GAMP	UACP	1_31	Plano de acessibilidade	3 300 000,00	1				X
DMGI	DMGI	1_32	Empreitadas genéricas - rede viária	14 000 000,00	1			X	
DMGI	DMGI	1_33	Empreitadas genéricas - rede de águas pluviais	14 000 000,00	1			X	
Cascais Ambiente	Cascais Ambiente	1_34	Plano de Gestão do Habitat - (Orla Costeira)	600 000,00	1	X			
DPC	DPE	1_35	Rede viária de distribuição secundária - Variante Municipal à EN249-4	3 191 292,00	1				
DPC	DPE	1_36	Rede viária de distribuição secundária - Traçado de ligação à R. de Francisco	2 604 896,00	1		X		
DPC	DPE	1_37	Rede viária de distribuição secundária - Traçado da Rua do Moínho Vermelho	1 085 496,75	1		X		
DPC	DPE	1_38	Rede viária de distribuição secundária - Traçado 2ª circular de Cascais	1 248 111,35	1	X			
DPC	DPE	1_39	Rede viária de distribuição secundária - Traçado de ligação da Amoreira à VLN	2 715 009,50	1		X		
DPC	DPE	1_40	Rede viária de distribuição secundária - Traçado da Rua de São Francisco	3 531 260,40	1				X
DPC	DPE	1_41	Rede viária de distribuição secundária - Traçado da Via de S. Gabriel	1 276 400,80	1	X			
DPC	DPE	1_42	Bolsas de Estacionamento para veículos de duas rodas	786 450,00	1				X
DPC	DPE	1_43	Transporte Público em Sítio Próprio (Traçado Base)	22 377 000,00	1		X		
DPC	DPE	1_44	2ª revisão do PDM	250 000,00	2		X		
DPC	DPE	1_45	Marina de Cascais	32 400 000,00	2		X		
DPC	DPE	1_46	Zona de Conflito 20 - EN 249-4 Abóboda/Trajouce	60 000,00	2				X
			Redução da velocidade de circulação e pavimentação						X
DPC	DPE	1_47	Zona de Conflito 22 - EM579 Abóboda - Redução da velocidade de circulação e repavimentação	32 760,00	2				X
DPC	DPE	1_48	Zona de Conflito 26 - EN6 S. João e S. Pedro do Estoril - Redução da velocidade de circulação, repavimentação e implementação de barreira acústica	190 375,00	2				X
DJUV	DJUV	1_49	PHJ - Programa de Habitação Jovem de Cascais	20 928 797,50	2		X		
DGEV	DGEV	1_50	Implementação da Estratégia de Planeamento de Novos Espaços Verdes Públicos com Função de Recreio e Estadia - Jardins de Proximidade – Espaços Verdes com área ≥ 500 m2	10 000 000,00	2		X		
Cascais Ambiente	Cascais Ambiente	1_51	Parque Linear do Vale de Caparide	3 500 000,00	2		X		
Cascais Ambiente	Cascais Ambiente	1_52	Parque Urbano da Abóboda	1 535 000,00	2	X			
Cascais Ambiente	Cascais Ambiente	1_53	Plano Estratégico para uso sustentável da água nos espaços verdes municipais	1 350 000,00	2	X			
Cascais Ambiente	Cascais Ambiente	1_54	Classificação como Reserva Natural Marinha Local da Zona de Interesse Biofísico das Avenças	103 000,00	2	X			
DPC	DPE	1_55	Rede viária de distribuição secundária - Traçado da Variante à Abóboda	7 806 244,40	2				
DPC	DPE	1_56	Rede viária estruturante concelhia - Traçado da Via Circular ao Aeródromo	19 786 386,30	2				X
DPC	DPE	1_57	Rede viária estruturante concelhia - Traçado da Via Circular a Trajouce	7 168 642,95	2		X		
DPC	DPE	1_58	Rede viária de distribuição secundária - Traçado da Via das Patinhas	1 650 987,30	2	X			
DPC	DPE	1_59	Rede viária de distribuição secundária - Traçado da Variante da Charneca	3 115 002,85	2		X		
DPC	DPE	1_60	Rede viária de distribuição secundária - Traçado da Variante norte de Murches	2 634 843,60	2		X		
DPC	DPE	1_61	Rede estruturante concelhia -Modos Suaves - Estudo Prévio e Anteprojecto de ciclovía urbana de ligação quatro estações da CP S. João - S. Pedro - Parede - Carcavelos	9 900,00	2				X
DPC	DPE	1_62	Rede estruturante concelhia -Modos Suaves-traçado da rede concelhia de ciclovias	13 937 112,00	2				X
DPC	DPE	1_63	Estudo de Modelo de Organização e Exploração para um Sistema De Mobilidade Ciclável por Patamares no Concelho de Cascais	6 990,00	2				X
DPC	DPE	1_64	Modelo de Gestão do Estacionamento de Transporte coletivo em serviço particular	350 000,00	2				X
DPC	DPE	1_65	Zona de Conflito 2 - Av. Rei Humberto de Itália - Repavimentação com pavimento pouco ruidoso	14 280,00	3				X
DPC	DPE	1_66	Zona de Conflito 17 - EM 589 Alcoitão - Repavimentação	66 240,00	3				X
DGEV	DGEV	1_67	Programa Cevar - Construção de Novos Espaços Verdes Municipais	875 000,00	3			X	

Unidade Orgânica	Unidade Orgânica correspondente	ID da Ficha Descritiva da Ação	DESIGNAÇÃO DA AÇÃO	Total Investimento	Prioridade (1 a 4)	SIM	Não	Em curso	Sem inf. / não obtivemos resposta
(ROSM 2014)	(ROSM 2024)								
Cascais Ambiente	Cascais Ambiente	1_68	Parque Urbano de Alcabideche	800 000,00	3		X		
Cascais Ambiente	Cascais Ambiente	1_69	Parque Urbano da Ribeira dos Mochos Norte (Mata da Joaquim Ereira) -	765 000,00	3	X			
Cascais Ambiente	Cascais Ambiente	1_70	Parque Urbano de Caparide	1 015 000,00	3		X		
DPC	DPE	1_71	Rede viária estruturante concelhia - Nó da Brisa	2 406 671,00	3	X			
DPC	DPE	1_72	Rede viária de distribuição secundária - Traçado da Variante da Adroana	3 517 226,90	3			X	
DPC	DPE	1_73	Rede viária de distribuição secundária - Traçado de ligação da Via Longitudinal Sul à A5	5 235 525,75	3		X		
DPC	DPE	1_74	Rede viária de distribuição secundária - Traçado da Estrada dos Bernardos	6 799 227,90	3		X		
DPC	DPE	1_75	Rede viária estruturante concelhia - Traçado da Via Longitudinal Norte	24 059 193,40	3		X		
DPC	DPE	1_76	Rede viária estruturante concelhia - Traçado da Via Longitudinal Sul	18 920 590,65	3				
DPC	DPE	1_77	Rede viária estruturante concelhia - Modos suaves - Ligação do Mercado de Cascais ao Bairro das Fontainhas	541 800,00	3		X		
DPC	DPE	1_78	Zona de Conflito 9 - Autódromo - Barreiras Acústicas	646 580,00	4				X
DPC	DPE	1_79	Zona de Conflito 14 - EN6 e Via-Férrea Lisboa/Cascais - Repavimentação e implementação de barreira acústica	157 750,00	4				X
DGEV	DGEV	1_80	Implementação da Estratégia de Planeamento de Novos Espaços Verdes Públicos com Função de Recreio e Estadia - Parques Urbanos – Espaços Verdes Públicos com Função de Recreio e Estadia com área ≥ a 30.000 m2	2 610 000,00	4				X
Cascais Ambiente	Cascais Ambiente	1_81	Parque Urbano da Parede	1 500 000,00	4		X		
DPC	DPE	1_82	Rede viária estruturante concelhia - Traçado Via Circular Nascente a S. João do Estoril	21 116 733,50	4		X		
DPC	DPE	1_83	Rede viária estruturante concelhia - Traçado Via Circular Nascente a S. Pedro do Estoril	17 487 542,70	4		X		
DPC	DPE	1_84	Rede viária de distribuição secundária - Traçado da Passagem Inferior das Marianas	11 120 936,80	4		X		
DPC	DPE	1_85	Rede viária de distribuição secundária - Traçado da Via Saloia	5 001 025,20	4		X		
		1_86	Plano de atuação para tratamento e eliminação de palmeiras infestadas com Rhynchophorus ferrugineus	1 100 000,00					X
		1_87	Reformulação de alinhamentos arbóreos	550 000,00					X
Cascais Dinâmica	Cascais Dinâmica	2_1	Aeródromo de Tires - Melhoria condições de operação / segurança	4 000 000,00	1				X
SIG	DTI	2_2	Cadastro rústico e urbano	500 000,00	1				X
Cascais Dinâmica	Cascais Dinâmica	2_3	Aeródromo de Tires - Eficiência energética	280 000,00	2				X
DJUV	DJUV	2_4	FAB LAB	2 698 842,50	2				X
Cascais Dinâmica	Cascais Dinâmica	2_5	Aeródromo de Tires - Ampliação / Melhoria de Serviços	4 500 000,00	3				X
Cascais Dinâmica	Cascais Dinâmica	2_6	Aeródromo de Tires - Reforço de capacidade	10 500 000,00	3				X
Cascais Ambiente	Cascais Ambiente	2_7	Laboratório de Ciências e Tecnologia do Mar de Cascais	774 650,00	3				X
Cascais Ambiente	Cascais Ambiente	2_8	Quinta de Vale de Cavalos – Espaço Natura	3 550 000,00	3		X		
Cascais Ambiente	Cascais Ambiente	2_9	Centro de Mar de Cascais - SAER	2 450 000,00	3				X
Cascais Ambiente	Cascais Ambiente	2_10	Desenvolvimento Turismo equestre	1 644 567,50	4				X
DMGI	DMGI	3_1	Regularização do caudal das ribeiras	10 000 000,00	1			X	
DMGI	DMGI	3_2	Medidas de melhoria da qualidade do ar e ruído	500 000,00	1			X	

Unidade Orgânica	Unidade Orgânica correspondente	ID da Ficha Descritiva da Ação	DESIGNAÇÃO DA AÇÃO	Total Investimento	Prioridade (1 a 4)	SIM	Não	Em curso	Sem inf. / não obtivemos resposta
(ROSM 2014)	(ROSM 2024)								
Cascais Ambiente	Cascais Ambiente	3_3	Otimização da Iluminação Pública do Paredão de Cascais	195 000,00	1				X
DGEV	DGEV	3_4	Modernização do Parque Marechal Carmona, em cascais	306 000,00	2				X
DMGI/DGT/ULAU	DMGI/DGT/ULAU	3_5	Projeto de execução da regularização do troço superior da Ribeira de Sassoeiros (Norte da A5)	3 500 000,00	2	X			
DMGI/DGT/ULAU	DMGI/DGT/ULAU	3_6	Projeto de execução da regularização da Ribeira das Marianas Troço 3, entre a secção a jusante do Aeródromo de Cascais e a Av. Júlio Dantas em Tires	1 000 000,00	2			X	
Cascais Ambiente	Cascais Ambiente	3_7	Quinta do Pisão – Parque de Natureza	800 000,00	2	X			
Cascais Ambiente	Cascais Ambiente	3_8	Parque Linear Ribeira de Sassoeiros	1 500 000,00	2	X			
Cascais Ambiente	Cascais Ambiente	3_9	Valorização Energética do Centro de Interpretação Ambiental da Pedra do Sal (CIAPS)	35 500,00	2		X		
Cascais Ambiente	Cascais Ambiente	3_10	Otimização da Iluminação Pública do Concelho	9 450 000,00	2			X	
DGEV	DGEV	3_11	Gestão Sustentável da Água para Rega de Espaços Verdes	1 300 000,00	3			X	
Cascais Ambiente	Cascais Ambiente	3_12	Centro de Sensibilização para as Alterações Climáticas	1 580 000,00	3				X
Cascais Ambiente	Cascais Ambiente	3_13	Centro Operacional do Litoral	350 000,00	3				X
Cascais Ambiente	Cascais Ambiente	3_14	Pedra Amarela Campo Base	350 000,00	3	X			
Cascais Ambiente	Cascais Ambiente	3_15	Criação de Reserva Natural Marinha Local da Costa da Guia	100 000,00	3				X
Cascais Ambiente	Cascais Ambiente	3_16	Aumento da Biodiversidade e otimização da produção de plantas nos Viveiros Municipais	1 500 000,00	4			X	
DMGI	DMGI	3_17	Lineu – Centro de Estudos e Interpretação do PNS-C	20 000 000,00	4				X
DMGI	DMGI	3_18	Elaboração do projeto e execução da obra das bacias de retenção na Bacia Hidrográfica das Vinhas	500 000,00	4				X
DMGI	DMGI	3_19	Elaboração do Cadastro das Redes Pluviais das Bacias Hidrográficas dos Mochos e Guincho-Guia, Caparide e Bicesse, Parede e Cadaveira, Marianas, Sassoeiros e Laje	550 000,00	4		X		
Águas de Cascais	Águas de Cascais	3_20	Elaborar Plano geral de drenagem de águas pluviais das bacias hidrográficas	47 037 102,15	4				X
		3_21	Investimentos ao abrigo do Contrato de Concessão da Exploração do Sistema Municipal de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais celebrado com a Águas de Cascais	47 037 102,15		X			
DHS	DDS	4_1	Hospital Condes Castro de Guimarães / Cascais	6 000 000,00	1		X		
DHS	DDS	4_2	Hospital Ortopédico José de Almeida	8 000 000,00	1			X	
DED	DED	4_3	Escola Básica do 1º Ciclo e Jardim de Infância de Caparide - Ampliação	540 000,00	1	X			
DED	DED	4_4	Escola Básica do 1º Ciclo e Jardim de Infância Padre Agostinho da Silva	2 389 603,60	1	X			
DED	DED	4_5	Escola Básica de St. António da Parede	7 020 000,00	1	X			
DHS	DDS	4_6	Complexo Social do CRID - Lar Residencial + CAO + SAD - 1ª Fase	2 335 827,00	1	X			
DHS	DDS	4_7	Centro de Convívio da Amoreira - ASIA	801 040,00	1	X			
DHS	DDS	4_8	Centro de Dia - Alcabideche / Bicesse Associação Amigos da Paz - adaptação	81 000,00	1	X			
DHS	DDS	4_9	Centro de Dia - Manique Associação Nossa Senhora das Neves - adaptação	27 640,00	1		X		
DHS	DDS	4_10	Gráfica da CERCICA	627 973,00	1				X
SMPCivil	SPC	4_11	Cartografia de Risco de Incêndio Urbano para o concelho	35 000,00	1		X		
DED	DED	4_12	Escola Ibn Mucana - Ampliação (Polo multifuncional Alcabideche-Alcoitão)	7 020 000,00	1			X	
DED	DED	4_13	Escola Básica do 1º Ciclo e Jardim de Infância n.º 3 de Alcoitão	1 944 000,00	1	X			

Unidade Orgânica	Unidade Orgânica correspondente	ID da Ficha Descritiva da Ação	DESIGNAÇÃO DA AÇÃO	Total Investimento	Prioridade (1 a 4)	SIM	Não	Em curso	Sem inf. / não obtivemos resposta
(ROSM 2014)	(ROSM 2024)								
DED	DED	4_14	Escola Básica do 1º Ciclo do Arneiro	1 944 000,00	1	X			
DED	DED	4_15	Escola Secundária de Cascais - novo equipamento	11 880 000,00	1			X	
DED	DED	4_16	Escola Matilde Rosa Araújo - requalificação e ampliação	645 634,80	1	X			
DHS	DDS	4_17	Substituição da creche do CESPA - Talaíde	1 012 440,00	2	X			
DHS	DDS	4_18	Lar de Infância e Juventude - Casa dos Rapazes	1 332 220,00	2	X			
DHS	DDS	4_19	Centro de Dia na Parede – Centro Comunitário da Paróquia da Parede	923 320,00	2				X
DHS	DDS	4_20	Centro de Convívio/Espaço Sénior em Trajouce - adaptação	237 790,00	2		X		
DHS	DDS	4_21	Centro de Convívio /Espaço Senior - Cascais	735 987,50	2		X		
DHS	DDS	4_22	Complexo Social da Abóboda - Centro de Dia e SAD - CESPA	1 374 771,00	2	X			
DHS	DDS	4_23	Lar das Fisgas de Alcoitão - reabilitação	270 000,00	2	X			
DHS	DDS	4_24	Lar Residencial para Deficientes + CAO + Lavandaria -SDR - Escola de Rana	3 420 508,00	2	X			
DHS	DDS	4_25	Substituição do Lar da APPDA	474 185,00	2		X		
DHS	DDS	4_26	Fórum Sócio Ocupacional ARIA - Adaptação da Escola de Atibá	243 000,00	2	X			
SMPCivil	SPC	4_27	Unidade Local de Formação (campo de treinos)	1 150 000,00	2		X		
SMPCivil	SPC	4_28	Sistema de Alerta à População e controlo de acessos ao paredão	125 000,00	2		X		
DED	DED	4_29	Pavilhão Desportivo do Zambujal	2 605 450,00	2				X
DED	DED	4_30	Complexo Desportivo da Abóboda – Instalações de Apoio ao Campo de Futebol e Pavilhão Desportivo	2 500 000,00	2				X
DED	DED	4_31	Escola Secundária Fernando Lopes Graça	2 160 000,00	3			X	
DHS	DDS	4_32	Complexo Social do CRID - Creche Inclusiva + Lar de Idosos + centro de Dia - 2ª Fase	3 175 200,00	3	X			
DHS	DDS	4_33	Centro Paroquial de N.ª Sr.ª da Assunção	5 566 370,00	3		X		
DHS	DDS	4_34	Creche na zona Abuxarda/Amoreira	949 557,50	3		X		
DHS	DDS	4_35	Centro de Dia - Alcabideche	800 335,00	3		X		
DHS	DDS	4_36	Centro de Dia - Carcavelos 1	838 075,00	3		X		
DHS	DDS	4_37	Centro de Dia - Cascais 1	847 512,50	3		X		
DHS	DDS	4_38	Centro de Dia no Murtal ARIM - adaptação	159 607,00	3		X		
DHS	DDS	4_39	Centro de Dia - Rebelva / S. D. Rana / Penedo	781 462,50	3		X		
DHS	DDS	4_40	Centro de Convívio /Espaço Senior - Alcabideche	657 592,50	3		X		
DHS	DDS	4_41	Centro de Convívio /Espaço Senior - Carcavelos	696 790,00	3		X		
DHS	DDS	4_42	Centro de Convívio/Espaço Sénior em S. Domingos de Rana – A Norte da A5	665 432,50	3		X		
DHS	DDS	4_43	Lar de Idosos em Janes - CSPSVA	3 357 428,00	3			X	
DHS	DDS	4_44	Unidade de Cuidados Continuados – Unidade de média duração e reabilitação	3 988 635,00	3		X		
DMGI/DGT/ULAU	DGT	4_45	Loteamento industrial de iniciativa municipal em Trajouce	1 191 256,50	3				X
DMGI/DGT/ULAU	DGT	4_46	Plano de Pormenor do espaço de reestruturação Urbanística e Valotização Patrimonial da Área Envolvente à Villa Romana em Freiria (PPVRF)	23 694 473,40	3			X	
DED	DED	4_47	Parque Desportivo da União Recreativa e Desportiva de Tires	3 210 000,00	3				X
DED	DED	4_48	Campo de Grandes Jogos em Cascais	430 000,00	3		X		
DED	DED	4_49	Centro de Desporto da Natureza da Malveira da Serra	390 000,00	3				X
DED	DED	4_50	Escola Básica do 1º Ciclo e Jardim de Infância em Cabeço de Mouro /Outeiro de Polima	3 886 850,00	3		X		
DHS	DDS	4_51	Centro de Dia - Estoril	847 512,50	4		X		
DHS	DDS	4_52	Lar de Idosos na Quinta de São Gonçalo - Fundação Vítor Reis	4 522 530,00	4		X		
DHS	DDS	4_53	Resposta residencial para Idosos, Centro de Dia e SAD - Cascais	4 206 860,00	4		X		
DHS	DDS	4_54	Resposta residencial para Idosos, Centro de Dia e SAD - Estoril	4 206 860,00	4		X		
DHS	DDS	4_55	Resposta residencial para Idosos, Centro de Dia e SAD - Caparide / Cabeço de Mouro / Polima	2 031 265,00	4		X		
DHS	DDS	4_56	Resposta residencial para Idosos, Centro de Dia e SAD - Tires / Abóboda	2 031 265,00	4		X		
DHS	DDS	4_57	Complexo na Malveira da Serra - Lar CAO e piscina de aprendizagem	8 770 877,00	4			X	
DHS	DDS	4_58	Centro de Atividades Ocupacionais - Parede	442 097,50	4		X		
DHS	DDS	4_59	Unidade de Vida Apoiada para Doentes Mentais (=Lar para 12 pessoas com deficiência)	474 185,00	4		X		

Unidade Orgânica	Unidade Orgânica correspondente	ID da Ficha Descritiva da Ação	DESIGNAÇÃO DA AÇÃO	Total Investimento	Prioridade (1 a 4)	SIM	Não	Em curso	Sem inf. / não obtivemos resposta
(ROSM 2014)	(ROSM 2024)								
DED	DED	4_60	Complexo Desportivo da Adroana	8 771 056,14	4				X
DED	DED	4_61	Sala de Tiro do Clube Desportivo do Arneiro	300 000,00	4				X
DED	DED	4_62	Complexo Desportivo do Murtal	3 290 250,00	4				X
DED	DED	4_63	Piscina Municipal em Carcavelos	2 500 000,00	4				X
DED	DED	4_64	Jardim de Infância em Talaíde	870 260,00	4		X		
DED	DED	4_65	Escola Secundária de S. João - ampliação	7 020 000,00	4			X	
DED	DED	4_66	Centro de Artes e Formação Teatral / ou Centro de Artes de Cascais	6 166 930,00	4	X			
DPC	SPC	5_1	Escola de Proteção Civil	40 000,00		X			

Unidade Orgânica	Unidade Orgânica correspondente	ID da Ficha Descritiva da Ação	DESIGNAÇÃO DA AÇÃO	Total Investimento	Prioridade (1 a 4)	SIM	Não	Em curso	Sem inf. / não obtivemos resposta
(ROSM 2014)	(ROSM 2024)								
	DIT	V1*	R. José Florindo e R. de Santana	107 300,00		X			
	DIT	V2*	R. das Codornizes e Estrada Nova	313 200,00					X
	DIT	V3*	R. Egas Moniz, R. Arnaldo Gama, R. Trindade Coelho e R. João Pereira da Rosa	313 200,00					X
	DIT	V4*	R. de Santarém	103 500,00					X
	DIT	V5*	Novo nó da A5 a poente de Tires	306 000,00			X		
	DIT	V6*	Passagem superior sobre o Vale da Ribeira das Vinhas	3 000 000,00			X		
	DIT	V7*	Passagem inferior de ligação da E.N. 6 (Estrada Marginal) à R. Egas Moniz	1 700 000,00			X		
	DIT	V8*	Ligação da R. João Pereira da Rosa à VLS	86 400,00					X
	DIT	V9*	Ligação da R. dos Eucaliptos à R. das Corredouras	86 400,00					X
	DIT	V10*	Via alternativa à estrada Octávio Pato	92 700,00			X		

*Inserido no programa de execução da ultima alteração do PDM de adequação ao RJGIT

Anexo V- Avaliação Tendências PDM

Eixo 1 – Cascais, território com qualidade de vida urbana

	Indicador		Relatório	Anexo/ Fichas	Eixo	Tendência
Demografia	População residente	por grupo etário	X	3.1.1.3	1	
	Densidade populacional		X	3.1.1.2	1	
	Taxa bruta de natalidade		X	3.1.2.1	1	
	Taxa bruta de mortalidade				1	
	Taxa de crescimento natural				1	
	Núcleos familiares	total	X	3.1.5.2	1	
		por tipo de núcleo familiar			1	
		por dimensão (núcleo familiar)			1	
	Número de alunos matriculados	por nível de ensino		3.1.6.1	1	
	População residente com o ensino superior completo	por sexo	X	3.1.6.3	1	
		por níveis ensino superior			1	
		por áreas de estudo			1	
	Taxa de analfabetismo		X	3.1.6.4	1	
	População residente com 15 e mais anos de idade	por nível de escolaridade mais elevado completo		3.1.7.1	1	
		por condição perante o trabalho			1	
	População desempregada	por Sexo	X	3.1.7.2	1	
		por Grupo etário			1	
	Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual)	total	X	3.1.7.3	1	
		por sexo				
		por grupo etário				
		por nível de escolaridade completo				
		por tempo de inscrição				
	Poder de compra per capita		X	3.1.7.5	1	
Ativos do Território	Capacidade de alojamento nos estabelecimentos de alojamento turístico	Total		4.1.6.1	1	
		por tipo				
	Estabelecimentos de alojamento turístico	total	X	4.1.6.2	1	
		por tipo				

Ativos do Território (continuação)	Estada média nos estabelecimentos hoteleiros	Total	X	4.1.6.3	1	
		por tipo				
	Dormidas por estabelecimento hoteleiro	Total		4.1.6.4	1	
		por tipo		4.1.6.4	1	
	Dormidas por estabelecimento turístico		X	4.1.6.5	1	
Taxa líquida de ocupação cama nos estabelecimentos de alojamento turístico			4.1.6.7	1		
Tecido Empresarial	Empresas	total	X	4.2.1.1	1	
		por Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3)				
		por setor de atividade económica				
	Nascimentos de empresas	por setor de atividade económica	X	4.2.1.3	1	
	Morte de empresas	por setor de atividade económica	X	4.2.1.4	1	
Volume de negócios das empresas	por setor de atividade económica		4.2.1.5	1		
Uso e ocupação de solo	Densidade habitacional		X	5.1.1.2	1	
	Operações urbanísticas	Total	X	5.1.1.3	1	
		por tipo				
		Licenciamento e comunicação prévia (ver como dizer)				
	LU	Total			1	
	Área objeto de operações de loteamento emitidos		X	5.1.1.4	1	
	Lotes (provenientes de alvarás)	Área de lotes			1	
		Área de construção			1	
		Nº de fogos			1	
	Cedências	Total			1	
		para espaços verdes e de utilização coletiva			1	
		para equipamentos de utilização coletiva			1	
	respeitantes às infraestruturas viárias		1			
Edificado	Edifícios	Por localização geográfica	X	5.2.1.1	1	X
		Época de construção	X	5.2.1.1	1	
		Por tipo	X	5.2.1.1	1	
	Taxa de variação de alojamentos		X	5.2.1.2	1	
	Alojamentos familiares clássicos por época de construção		X	5.2.1.3	1	

Edificado (continuação)	Alojamentos familiares clássicos por forma de ocupação		X	5.2.1.3	1		
	Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar por tipologia do fogo			5.2.1.4	1		
Redes de Infraestruturas Territoriais e urbanas	Rede pedonal		X	5.5.5.1	1	X	
	Rede ciclável, por localização geográfica, tipo e direção (das faixas)		X	5.5.5.3	1	X	
	Estações de bike sharing		X	5.5.5.4	1	X	
	Rede Viária		X	5.5.6.1	1	X	
	Estacionamento de superfície, por tipologia		X	5.5.6.2	1	X	
	Lugares tarifados				1	X	
	Estacionamentos na área de influência de interface				1	X	
	Oferta de lugares em parques				1	X	
	Parques na área de influência de interface				1	X	
	Média dos consumos por carregamento		X	5.5.6.3	1		
	Acidentes de viação com vítimas	por tipo de acidente		X	5.5.6.4	1	
		por tipo de via				1	
	Vítimas de acidentes de viação por tipo de vítima			5.5.6.5	1		
	Tráfego aéreo de passageiros, por natureza e regiões (embarcados e desembarcados)		X	5.5.8.1	1		
Mobilidade e Transportes	Movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante por local de residência ou destino e local de destino ou residência		X	5.6.1.1	1		
	População empregada ou a frequentar o sistema de ensino que vive a maior parte do ano no alojamento e que utiliza transporte nas deslocações casa/trabalho/escola	por local de residência	X	5.6.1.2	1	X	
		por principal escalão de duração dos movimentos pendulares	X		1	X	
		por principal meio de transporte	X		1	X	
	Circulações de autocarros		X	5.6.1.5	1	X	
	Veículos por tipologia, lotação e piso		X	5.6.1.5	1	X	
	Número de carreiras		X	5.6.1.6	1		
	Número de passageiros		X	5.6.1.7	1		
	Praças de Taxis por freguesia e número de lugares		X	5.6.1.8	1	X	
	Cobertura territorial		X	5.6.1.8	1		
População servida pelos transportes rodoviários públicos		1					

Eixo 2 - Cascais, território de criatividade, conhecimento e inovação

	Indicador		Relatório	Anexo/ Fichas	Eixo	Tendência
Ativos do Território	Proveitos totais nos estabelecimentos de alojamento turístico	total	X	4.1.6.8	2	
		por tipo			2	
Tecido Empresarial	DNA	Contactos presenciais com empreendedores	X	4.2.1.6	2	
		Empresas criadas com o apoio da DNA Cascais	X		2	
		Postos de trabalho no concelho	X		2	
		Investimento global no universo empresas DNA Cascais	X		2	
	Investigadoras/es equivalente a tempo integral nas instituições e empresas com investigação e desenvolvimento	Total	X	4.2.2.1	2	
		1000 habitantes	X	4.2.2.1	2	
Equipamentos de utilidade publica	Estabelecimentos de ensino		X	5.4.1.1	2	X
Conetividade Digital	Acessos à Internet em banda larga em local fixo		X	5.7.1.2	2	
Equipamentos de utilidade publica	Estabelecimentos de ensino		X	5.4.1.1	2	X

Eixo 3 - Cascais, território de valores ambientais

Eixo 3 – Cascais, território de valores ambientais						
	Indicador		Relatório	Anexo/ Fichas	Eixo	Tendência
Água	Qualidade das águas balneares		X	2.2.3.2	3	
Biodiversidade	Cobertura Florestal		X	2.4.3.1	3	X
Ativos do Território	Praias com galardão de bandeira azul			4.1.1.1	3	
Ambiente urbano	Áreas verdes públicas	por localização geográfica	X	5.3.1.1	3	X
		por tipo				
	Capitação de áreas verdes		X		3	X
	Nº Total de Árvores		X	5.3.1.2	3	X
	Medidas de minimização de ruído		X	5.3.2.1	3	X

Ambiente urbano (continuação)	Qualidade do Ar		X	5.3.3.1	3	
	Concentração de NO2 (dióxido de azoto)				3	
	Concentração de partículas em suspensão (PM 10)				3	
	Concentração de O3 (ozono)				3	
	Percentagem de população com acesso sustentável a uma fonte de água potável		X	5.5.1.1	3	
Redes de Infraestruturas Territoriais e urbanas	Consumo doméstico de água por habitante		X	5.5.1.1	3	
	Águas Residuais Drenadas e Tratadas		X	5.5.1.3	3	
	Reutilização de águas residuais tratadas		X	5.5.1.4	3	
	Coletores da rede principal renovados		X	5.5.1.5	3	
	Rede e Iluminação Pública		X	5.5.2.1	3	X
	Consumo de energia elétrica	total	X	5.5.2.2	3	
		por tipo de consumo			3	
	Recipientes de recolha distribuídos pelo concelho (diferenciada e indiferenciada)		X	5.5.4.1	3	X
	Quantidade total de resíduos recebidos pela TratoLixo		X	5.5.4.2	3	
	Resíduos Urbanos Indiferenciados (provenientes da recolha indiferenciada de resíduos urbanos) face ao total de resíduos recebidos				3	
	Composição física média dos resíduos urbanos provenientes da recolha indiferenciada				3	
	Valorização e destino final de resíduos		X	5.5..3	3	
Incêndios	Incêndios florestais		X	8.1.1.1	3	
	Nº de hidrantes implantados		X	8.1.2.2	3	X
População e edifícios afetados	População residente por freguesias, em áreas classificadas como de moderada e elevada suscetibilidade dos terrenos à ação sísmica		X	8.10.1.1	3	X
	N.º de edifícios por freguesias, em áreas classificadas como de moderada e elevada suscetibilidade dos terrenos à ação sísmica		X	8.10.1.2	3	X
	População residente por freguesias, em áreas hipoteticamente afetadas pelas ondas de tsunامي		X	8.10.1.7	3	X

Eixo 4 - Cascais, território coeso e inclusivo

	Indicador		Relatório	Anexo/ Fichas	Eixo	Tendência
Demografia	População residente	por nacionalidade	X	3.1.3.1_v2	4	
		por grupo etário e nacionalidade	X	3.1.3.4	4	
	Índice de envelhecimento	total	X	3.1.1.4	4	
		por sexo				
	Esperança média de vida à nascença	total	X	3.1.1.5	4	
		por sexo				
	População estrangeira com estatuto legal de residente	total		3.1.3.2	4	
		por nacionalidade			4	
	Saldo migratório		X	3.1.3.4	4	
	Índice de dependência de Jovens		X	3.1.4.1_v2	4	
Índice de dependência de idosos		4				
Índice de dependência total		4				
Serviços, Coesão e Equidade	Taxa de risco de pobreza		X	3.2.1.1	4	
	Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social	por sexo	X	3.2.1.2	4	
		por e grupo etário				
	Pessoas em situação sem-abrigo e sem teto		X	3.2.1.3	4	
	Enfermeiras/os e médicas/os por 1000 habitantes		X	3.2.2.1	4	
	Camas (lotação praticada) nos hospitais por 1000 habitantes por localização geográfica		X	3.2.2.5	4	
	Tipos de respostas sociais		X	3.2.3.1	4	
	Nº de equipamentos sociais		X	3.2.3.1	4	
	Capacidade dos equipamentos sociais		X	3.2.3.1	4	
Nº de utentes		X	4			
Equipamentos de utilidade publica	Equipamentos sociais		X	5.4.3.1	4	
	Instalações desportivas		X	5.4.4.1	4	
	Equipamentos culturais		X	5.4.5.1	4	

Equipamentos de utilidade pública (continuação)	Equipamentos administrativos, de prevenção e de segurança pública	Equipamentos da administração local	X	5.4.6.1	4	X
		Equipamentos da administração central	X			
		Forças de segurança	X	5.4.6.2	4	X
		Quarteis de bombeiros	X			
Social	Taxa de criminalidade	total	X	8.7.2.1	4	
		por categoria de crime				
	Crimes registados pelas autoridades policiais	total	X	8.7.2.2	4	
		por categoria de crime	X			

Eixo 5 - Cascais, território de cidadania ativa

	Indicador	Relatório	Anexo/ Fichas	Eixo	Tendência
Part. Pública	Inscritos e votantes nas eleições municipais	X		5	
	Orçamento Participativo	X		5	

Legenda

Tendência positiva	
Mantem-se	
Tendência negativa	
Sem tendência	X

Anexo VI - Avaliação Tendências AAE

FCD 1- Requalificação Territorial e mobilidade

	Indicador		Relatório	Anexo/ Fichas	FCD	Tendência
Biodiversidade	Habitat (Rede natura)		X	2.4.2.1	1	X
Serviços, Coesão e Equidade	Tipos de respostas sociais		X	3.2.3.1	1	
	Nº de equipamentos sociais		X		1	
	Capacidade dos equipamentos sociais		X		1	X
	Nº de utentes		X		1	
Uso e ocupação de solo	Densidade habitacional		X	5.1.1.2	1	
	Operações urbanísticas	Total	X	5.1.1.3	1	
		por tipo				
		Licenciamento e comunicação prévia (ver como dizer)				
	LU	Total			1	
	Área objeto de operações de loteamento emitidos		X	5.1.1.4	1	
	Lotes (provenientes de alvarás)	Área de lotes			1	
		Área de construção			1	
		Nº de fogos			1	
					1	
	Cedências	Total			1	
		para espaços verdes e de utilização coletiva			1	
		para equipamentos de utilização coletiva			1	
		respeitantes às infraestruturas viárias			1	
	Área regularizada		X		1	
Edificado	Edifícios	por localização geográfica	X	5.2.1.1	1	X
		por época de construção	X			
		por tipo de utilização	X			
	Taxa de variação dos alojamentos		X	5.2.1.2	1	
	Alojamentos familiares clássicos	por época de construção	X	5.2.1.3	1	
		por forma de ocupação	X			
Ambiente urbano	Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar por tipologia do fogo			5.2.1.4	1	
	Áreas verdes públicas	por localização geográfica	X	5.3.1.1	1	X
		por tipo				
	Capitação de áreas verdes		X		1	X
	Nº Total de Árvores		X	5.3.1.2	1	X

Redes de Infraestruturas Territoriais e urbanas	Rede pedonal		X	5.5.5.1	1	X	
	Rede ciclável, por localização geográfica, tipo e direção (das faixas)		X	5.5.5.3	1	X	
	Estações de bike sharing		X	5.5.5.4	1	X	
	Rede Viária		X	5.5.6.1	1	X	
	Estacionamento de superfície, por tipologia		X	5.5.6.2	1	X	
	Lugares tarifados				1	X	
	Estacionamentos na área de influência de interface				1	X	
	Oferta de lugares em parques				1	X	
	Parques na área de influência de interface				1	X	
	Média dos consumos por carregamento			X	5.5.6.3	1	
	Acidentes de viação com vítimas	por tipo de acidente		X	5.5.6.4	1	
		por tipo de via				1	
	Vítimas de acidentes de viação por tipo de vítima				5.5.6.5	1	
	Tráfego aéreo, por natureza e região			X	5.5.8.1	1	
Mobilidade e Transportes	Movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante por local de residência ou destino e local de destino ou residência		X	5.6.1.1	1		
	População empregada ou a frequentar o sistema de ensino que vive a maior parte do ano no alojamento e que utiliza transporte nas deslocações casa/trabalho/escola	por local de residência	X	5.6.1.2	1	X	
		por principal escalão de duração dos movimentos pendulares			1	X	
		por principal meio de transporte		X	5.6.1.3	1	X
	Circulações de autocarros		X	5.6.1.5	1	X	
	Veículos, por tipologia, lotação e piso				1	X	
	Nº de carreiras		X	5.6.1.6	1		
	Nº de passageiros		X	5.6.1.7	1		
Praças de táxis, por freguesia e nº de lugares			X	5.6.1.8	1	X	

FCD 2- Coesão e Inclusão

	Indicador		Relatório	Anexo/ Fichas	FCD	Tendência
Demografia	População residente	por grupo etário	X	3.1.1.1	2	
		por nacionalidade	X	3.1.1.3		
		por grupo etário e nacionalidade	X	3.1.3.4		
	Densidade populacional		X	3.1.1.2	2	
	Índice de envelhecimento	total	X	3.1.1.4	2	
		por sexo				
	Esperança média de vida à nascença	total	X	3.1.1.5	2	
		por sexo				
	Taxa bruta de natalidade		X	3.1.2.1	2	
	Taxa bruta de mortalidade				2	
	Taxa de crescimento natural				2	
	Saldo migratório		X	3.1.3.4	2	
	Índice de dependência de Jovens		X	3.1.4.1	2	
	Índice de dependência de idosos				2	
	Índice de dependência total				2	
	Núcleos familiares	total	X	3.1.5.2	2	
		por tipo de núcleo familiar			2	
		por dimensão (núcleo familiar)			2	
	Número de alunos matriculados	por nível de ensino	X	3.1.6.1	2	
	População residente com o ensino superior completo	por sexo	X	3.1.6.3	2	
		por níveis ensino superior			2	
		por áreas de estudo			2	
	Taxa de analfabetismo		X	3.1.6.4	2	
	População residente com 15 e mais anos de idade	por nível de escolaridade mais elevado completo		3.1.7.1	2	
		por condição perante o trabalho			2	
	População desempregada	por Sexo	X	3.1.7.2	2	
		por Grupo etário			2	
	Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual)	total	X	3.1.7.3	2	
		por sexo				
		por grupo etário				
		por nível de escolaridade completo				
			por tempo de inscrição			
Poder de compra per capita		X	3.1.7.5	2		

Serviços, Coesão e Equidade	Taxa de risco de pobreza		X	3.2.1.1	2		
	Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social	por sexo	X	3.2.1.2	2		
		por e grupo etário					
	Pessoas em situação sem-abrigo e sem teto		X	3.2.1.3	2		
	Enfermeiras/os e médicas/os por 1000 habitantes		X	3.2.2.1	2		
	Camas (lotação praticada) nos hospitais por 1000 habitantes por localização geográfica		X	3.2.2.5	2		
Ativos do Território	Praias com galardão de bandeira azul			4.1.1.1	3		
Equipamentos de utilidade publica	Unidades de saúde		X		2	X	
	Equipamentos Sociais		X	5.4.3.1	2		
	Instalações desportivas		X	5.4.4.1	2		
	Equipamentos culturais		X	5.4.5.1	2		
	Associações culturais	2			X		
	Equipamentos administrativos, de prevenção e de segurança pública	Equipamentos da administração local		X	5.4.6.1	2	X
		Equipamentos da administração central		X		2	X
		Forças de segurança		X	5.4.6.2	2	X
		Quarteis de bombeiros		X		2	X
Social	Taxa de criminalidade	total	X	8.7.2.1	2		
		por categoria de crime	X				
	Crimes registados pelas autoridades policiais	total	X	8.7.2.2	2		
		por categoria de crime	X				
Part. Publica	Inscritos e votantes nas eleições municipais		X		2		
	Orçamento Participativo		X		2		

FCD 3- Riscos e Alterações Climáticas

	Indicador	Relatório	Anexo/ Fichas	FCD	Tendência
Água	Qualidade das águas balneares	X	2.2.3.2	3	
Biodiversidade	Cobertura florestal	X	2.4.3.1	3	X
Ativos do Território	Praias com galardão de bandeira azul		4.1.1.1		
Ambiente urbano	Medidas de minimização de ruído	X	5.3.2.1	3	
	Qualidade do Ar	X	5.3.3.1	3	
	Concentração de NO2 (dióxido de azoto)			3	
	Concentração de partículas em suspensão (PM 10)			3	
	Concentração de O3 (ozono)			3	
Redes de Infraestruturas Territoriais e urbanas	Percentagem de população com acesso sustentável a uma fonte de água potável	X	5.5.1.1	3	
	Consumo doméstico de água por habitante	X		3	
	Águas Residuais Drenadas e Tratadas	X	5.5.1.3	3	
	Reutilização de águas residuais tratadas	X	5.5.1.4	3	
	Coletores da rede principal renovados	X	5.5.1.5	3	
	Consumo de energia elétrica	X	5.5.2.2	3	
	total por tipo de consumo				
	Recipientes de recolha distribuídos pelo concelho (diferenciada e indiferenciada)	X	5.5.4.1	3	X
	Quantidade total de resíduos recebidos pela TratoLixo	X	5.5.4.2	3	
	Resíduos Urbanos Indiferenciados (provenientes da recolha indiferenciada de resíduos urbanos) face ao total de resíduos recebidos			3	
	Composição física média dos resíduos urbanos provenientes da recolha indiferenciada			3	
	Valorização e destino final de resíduos	X	5.5.4.3	3	
Incêndios	Incêndios florestais	X	8.1.1.1	3	
	Nº de hidrantes implantados	X	8.1.2.2	3	X
Ruído	População afetada por níveis sonoros acima dos limites legais	X	8.8.1.1	3	X
	Área afetada por níveis sonoros acima dos limites legais			3	X
População e edifícios afetados	População residente por freguesias, em áreas classificadas como de moderada e elevada suscetibilidade dos terrenos à ação sísmica	X	8.10.1.1	3	X
	População residente por freguesias, em áreas hipoteticamente afetadas pelas ondas de tsunami	X	8.10.1.7	3	X

FCD 4- Marca Cascais

	Indicador		Relatório	Anexo/ Fichas	FCD	Tendência
Ativos do Território	Capacidade de alojamento nos estabelecimentos de alojamento turístico	total	X	4.1.6.1	4	
		por tipo	X			
	Estabelecimentos de alojamento turístico	total	X	4.1.6.2	4	
		por tipo				
	Estada média nos estabelecimentos hoteleiros	total	X	4.1.6.3	4	
		por tipo				
	Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros	total		4.1.6.4	4	
		por tipo				
	Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico		X	4.1.6.5	4	
Tecido Empresarial	Taxa líquida de ocupação cama nos estabelecimentos de alojamento turístico			4.1.6.7	4	
	Proveitos totais nos estabelecimentos de alojamento turístico	total	X	4.1.6.8	4	
		por tipo				
	Empresas	total	X	4.2.1.1	4	
		por Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3)				
		por setor de atividade económica				
		por Localização geográfica	X	4.2.1.2	4	X
		por dimensão				
	Nascimentos de empresas	total	X	4.2.1.3	4	
		por Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3)				
		por setor de atividade económica				
	Morte de empresas	total	X	4.2.1.4	4	
		por Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3)				
		por setor de atividade económica				
	Volume de negócios das empresas	total	X	4.2.1.5	4	
		por Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3)				
		por setor de atividade económica				

Tecido Empresarial (continuação)	DNA	Contactos presenciais com empreendedores	X	4.2.1.6	4	
		Empresas criadas com o apoio da DNA Cascais	X			
		Postos de trabalho no concelho	X			
		Investimento global no universo empresas DNA Cascais	X			
	Investigadoras/es equivalente a tempo integral nas instituições e empresas com investigação e desenvolvimento	total	X	4.2.2.1	4	
		por 1000 habitantes	X			
Equipamentos de utilidade pública	Estabelecimentos de ensino		X	5.4.1.1	4	X
C. Digital	Acessos à Internet em banda larga em local fixo		X	5.7.1.2	4	

Legenda

Tendência positiva	
Mantem-se	
Tendência negativa	
Sem tendência	X

CASCAIS

Para toda a vida